

SESSÕES DO PLENÁRIO

20ª Sessão Ordinária da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 21 de março de 2016.

PRESIDENTE: DEPUTADO MARCELO NILO

À hora regimental, na lista de presença, verificou-se o comparecimento dos senhores Deputados: Aderbal Caldas, Adolfo Menezes, Adolfo Viana, Alan Castro, Alan Sanches, Ângela Sousa, Ângelo Coronel, Antônio Henrique Júnior, Augusto Castro, Bira Corôa, Bobô, Carlos Geilson, Carlos Ubaldino, David Rios, Eduardo Salles, Euclides Fernandes, Fábio Souto, Fabíola Mansur, Fabrício Falcão, Fátima Nunes, Gika, Herzem Gusmão, Hildécio Meireles, Ivana Bastos, Jânio Natal, José de Arimatéia, Joseildo Ramos, Jurandy Oliveira, Leur Lomanto Júnior, Luciano Ribeiro, Luciano Simões Filho, Luiz Augusto, Luiza Maia, Manassés, Marcelino Galo, Marcell Moraes, Marcelo Nilo, Maria del Carmen, Marquinho Viana, Nelson Leal, Neusa Cadore, Pablo Barrozo, Pastor Sargento Isidório, Paulo Câmera, Pedro Tavares, Reinaldo Braga, Robério Oliveira, Roberto Carlos, Robinho, Rogério Andrade, Rosemberg Pinto, Sandro Régis, Sidelvan Nóbrega, Soldado Prisco, Tom Araújo, Vando, Zé Neto, Zé Raimundo e Zó.(59)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

PEQUENO EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Há um requerimento assinado por mais de 21 dos Srs. Deputados, com base no que dispõe o inciso II, art. 92, do Regimento Interno, para a convocação de uma Sessão Extraordinária, a ser iniciada 2 minutos após o encerramento desta, com o objetivo de apreciar as seguintes matérias: Projeto de Lei nº 21.754/2016; Projeto de Lei nº 21. 760/2016; Projeto de Lei nº 21.761/2016 e Projeto de Lei nº 21.767/2016.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Leitura do expediente.

OFÍCIOS

Do Deputado Vando comunicando que, devido a atendimento médico, esteve ausente na Sessão do dia 14/03/2016, conforme atestado médico anexado.

Do Deputado Paulo Câmera comunicando que, devido a compromissos assumidos no cumprimento do mandato parlamentar, esteve ausente nas Sessões dos dias 08, 09 e 10/03/2016.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Pequeno Expediente. **(Oradores inscritos)**

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a Palavra a nobre deputada Ivana Bastos.

Com a palavra o deputado Euclides Fernandes.

Com a palavra o deputado Sandro Régis, pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. SANDRO RÉGIS:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, amigos da *TV Assembleia*, nós ganhamos, no Tribunal de Justiça – deputada Ivana Bastos, gostaria que V.Ex^a prestasse atenção – um mandado de segurança julgado pelo Pleno do Tribunal, obrigando, agora, o governo a pagar as emendas impositivas. O governo não pagando as emendas impositivas para esta Casa será uma desobediência jurídica.

(Lê): *“Mandado de Segurança Preventivo, Direito Constitucional e Financeiro, Emendas Parlamentares Impositivas, Orçamento Estadual, Ilegitimidade Passiva dos Secretários da Fazenda...”*. A partir de 2016, deputado Adolfo Viana, o governo será obrigado a pagar todas as emendas impositivas. Assim foi a decisão do Pleno do Tribunal de Justiça.

Acho que é um grande avanço para esta Casa. É um grande avanço para o Parlamento, deputado Rosemberg Pinto. Já tem aquele ditado: “Se não vai no amor, vai na dor.”

O Tribunal de Justiça, através de uma decisão do seu Pleno, diz que a partir deste ano o governo será obrigado a cumprir as emendas propostas por essa lei. Não cumprindo, estará infringindo o próprio Judiciário.

Quero dizer que foi um mandado de segurança da Oposição, mas a Casa toda termina ficando forte. Independentemente do governador que vier à frente, de qualquer partido que seja, aqui será igual a Brasília: todos os deputados terão condições de exercer o seu mandato através de sua emenda impositiva. Acredito que isso irá fortalecer cada mandato, dos 63 deputados da Assembleia Legislativa da Bahia.

Mudando de assunto, hoje, a Assembleia caminha, definitivamente, para virar uma secretaria de governo da Bahia. Assembleia que votou na terça-feira passada quatro requerimentos de urgência, sem trazer para o Plenário nenhum tipo de discussão sobre as autorizações de empréstimos.

Agora, na Semana Santa, a partir desta segunda-feira, a Assembleia coloca em pauta quatro projetos, querendo que esta Casa aprove um cheque em branco, sem sequer saber este Parlamento onde, como e de que forma serão aplicados esses recursos. É triste o Parlamento perder a sua legitimidade. É triste o Parlamento, deputado Marquinho Viana, deixar de representar os interesses da sociedade para passar a atender a vontade do Executivo.

Aqui, não tivemos a oportunidade sequer, deputado Luciano, de saber se essas autorizações, em sua aplicação, seriam benéficas à população baiana. Nem o direito de saber se o que se está votando o governo permite. Governo esse que já tomou, desde a era Jaques Wagner, quase R\$ 14 bilhões. Eu aqui faço um apelo ao Líder do Governo: sente, discuta, convença-nos, porque a Oposição está aberta ao diálogo com V.Ex^a.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra a deputada Ivana Bastos, por permuta, pelo tempo de até 5 minutos.

A Sr^a IVANA BASTOS:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, público aqui presente, jornalistas, venho hoje a esta tribuna, dia 21 de março, quando comemoramos o Dia Internacional contra a Discriminação Racial e, também, o Dia Internacional da Síndrome de Down. Síndrome de Down que hoje vemos ser possível conviver com as crianças portadoras. São pessoas que merecem respeito e que são iguais a todos nós.

Também quero relatar a inauguração do Colégio Anísio Cotrim, no distrito de Morrinhos, em Guanambi, no último sábado. Um colégio com 12 salas de aula e um miniginásio poliesportivo. Quero cumprimentar o prefeito Charles Fernandes por ter tido a sensibilidade de colocar esse colégio no distrito de Morrinhos, na Região de Guanambi, onde fica o maior parque eólico de toda aquela região.

Também no último sábado, nós estivemos no município de Lagoa Real, junto com o prefeito Zezinho, na filiação ao PSD do vice-prefeito Santão, que será também o próximo vice-prefeito, na reeleição de Zezinho.

Mas o motivo por que venho a esta tribuna, hoje, é para falar da última partida de futebol que nós tivemos em Guanambi, no último sábado, em que jogaram o Flamengo de Guanambi e o Vitória. Para nossa tristeza, o técnico Mancini chegou em Guanambi dizendo que não estava levando as estrelas do time, porque ele não ia usar suas estrelas para jogar contra um timinho do interior em um estádio para 3 mil pessoas.

Então, quero aqui registrar o meu repúdio às palavras desse técnico. E, para nossa alegria, o Flamengo de Guanambi ganhou o jogo. Vencemos por 1 x 0 e atacamos muito mais. Então a vergonha que o técnico Mancini passou, poderia passar, deputado Zé Neto, sem essa. Chegou na cidade em dois aviões fretados, comemorando, dizendo que ia ser uma surra e que Guanambi não era digna para que

seu time jogasse com seus jogadores de primeira linha.

Então, ficam meus parabéns ao time vitorioso, o Flamengo de Guanambi, a toda a sua comissão técnica, a Lucas, Armando, Juarez, aos jogadores que nos orgulharam com uma bela partida. Uma partida onde a paz reinou no estádio. Estamos confiantes, deputado, de que, no próximo sábado, no Barradão, a partir das 18h30min, o Flamengo de Guanambi, com respeito, vai jogar com o Vitória. E acho que precisava, sim, que o técnico Mancini levasse esse gol do Guanambi para poder chegar, a partir de hoje, nos municípios menores, nos times que estão iniciando, com mais humildade, com mais respeito. Ali também tinha torcedores do Vitória. Não precisava dizer que era um timinho do interior. E aí apanhou do timinho do interior.

Fica o convite a todos e a certeza da vitória no próximo sábado. Com certeza, vamos passar às quartas de final e dizer ao time de Guanambi que nós todos estamos orgulhosos deles.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Queria dar as boas vindas aos estudantes do Colégio Duque de Caxias, do bairro da Liberdade. Sejam bem-vindos à Assembleia Legislativa da Bahia.

Com a palavra o deputado Adolfo Viana.

O Sr. ADOLFO VIANA:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, alunos do Colégio Duque de Caxias, sejam bem-vindos a este plenário.

Deputado Zé Neto e deputado Sandro Régis, V.Ex^{as} precisam conversar justamente porque não podemos desmoralizar este Parlamento. Aqui não se discute mais projeto de lei. Os projetos não passam mais pelas comissões. O Líder do Governo traz todos os regimes em caráter de urgência e essa Base Governista diz amém sem sequer saber o que estão votando. Isso é apequenar a Assembleia Legislativa do Estado da Bahia. O governo agora solicita R\$2,5 bilhões em empréstimos e não diz onde pretende gastar esse dinheiro e a sua ampla base governista com mais de 45 deputados pretendem aprovar o empréstimo sem saber onde esse recurso será aplicado.

Aqui, hoje, nós temos diversos estudantes nas nossas galerias e tenho certeza de que nenhum deles empresta dinheiro sem saber onde esse dinheiro será utilizado. Aqui, no Estado da Bahia, é assim. O governador encaminha projeto de lei para essa Casa, pedindo empréstimo de R\$2,5 bilhões e os parlamentares que apoiam esse governo pretendem aprovar esse projeto sem sequer saber onde eles irão aplicar os recursos. Ou seja, essa Casa, Sr. Presidente, que deveria fiscalizar o Poder Executivo, abre mão das suas prerrogativas. Abre mão das prerrogativas de fiscalizar o Poder Executivo e prefere se apequenar e virar um poder subserviente. Um poder que deveria ser independente hoje é um poder subserviente. Vejo aqui diversos deputados da Base constrangidos e mais uma vez envergonhados em terem que prestar esse desserviço ao Estado da Bahia, justamente porque os seus eleitores esperam desses

parlamentares uma conduta contrária a essa que eles pretendem ter na tarde desta segunda-feira.

Vejo aqui, em contrapartida a essa bancada subserviente, uma pequena Bancada oposicionista que cumpre com o seu papel e não vira as costas para a população baiana. Esta bancada não irá permitir que o governo aprove esse projeto em regime de urgência e não irá permitir que essa Casa conceda um cheque em branco ao Poder Executivo no momento em que o país vive um total descrédito da parte da classe política, esta Casa vem para dar uma demonstração de que não está nem aí para a opinião pública.

Hoje, se esse projeto for aprovado, daremos um tapa na cara da sociedade baiana. É inadmissível que se dê um cheque de R\$2,5 bilhões ao governo do Estado sem sequer saber onde este governo pretende aplicar tal recurso. Tenho certeza de que aqueles que ainda estão indecisos nesta Casa refletirão e verão que esta não é a conduta que a sociedade espera deste Parlamento.

Estão aqui diversos alunos, jovens que vieram visitar esta Casa, e tenho certeza de que vieram com a expectativa de ver uma Assembleia Legislativa ativa, independente. Mas não: hoje, esses alunos verão uma Casa de cócoras para o governo do Estado, uma Casa apequenada.

Deputado Sandro Régis, parabéns por conduzir a nossa Bancada. Tenho certeza de que entraremos em obstrução e só sairemos quando o governo esclarecer, tim-tim por tim-tim, onde pretende aplicar esses R\$2,5 bilhões.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Com a palavra o deputado Bira Corôa. Na ausência, com a palavra a deputada Fabíola Mansur. Na ausência, deputado Marcelino Galo pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. MARCELINO GALO:- Sr. Presidente, nobres deputados, deputadas, estudantes do Colégio Estadual Duque de Caxias, que estão a nos visitar hoje, meus companheiros servidores e servidoras desta Casa, aos companheiros, também, da Imprensa, quero fazer um registro, na verdade, ser solidário e também manifestar um repúdio aos ataques que a sede do Partido Comunista do Brasil – PCdoB – sofreu em Mato Grosso.

Essas manifestações de intolerância, de ódio, de falta de convivência que vêm se naturalizando na sociedade brasileira é perigosa. Neste momento, atingem partidos políticos de esquerda – como o PT, o PCdoB –, mas já começa a se manifestar para os políticos em geral. Nós que exercemos a atividade política parlamentar, o Poder Legislativo – sem dúvida nenhuma, o Poder mais frágil na República, fragilizado por conta de que há, na sociedade brasileira, hoje, estimulada pela elite, estimulada por aqueles que articulam um golpe nesta sociedade, a ideia de que o voto é descartável –, nós temos de reconhecer que esse perigo, neste momento, se apresenta para os partidos de esquerda progressista. Mas, sobre a manifestação que ocorreram na Barra,

também aqui nenhum deputado achou bom. E, também, os deputados tanto PT quanto do PCdoB respeitaram em não se aproveitar daquele ato. Um deputado foi xingado de ladrão, recebeu quase uma garrafada ao querer se manifestar ali naquele ato dos “Coxinhas”, que ali tinha uma grande parte, também, de fascistas ao não reconhecer a atividade política.

Aqui, ninguém achou bom um deputado, um mandato, que é uma instituição da democracia, ser desrespeitado daquela forma.

Também em São Paulo, o governador de São Paulo, do PSDB, que abriu as catracas para encher a avenida, não suportou 30 minutos na avenida, porque teve que ser retirado pelo sistema de segurança às pressas. O ex-candidato a presidente da República, da mesma forma, uma horda de manifestantes se deslocava atrás acusando-o de ladrão e que ele se retirasse daquele espaço.

Então, meus nobres deputados, essa desqualificação da política, nós sabemos o que é que é dá. É a democracia complicada, trabalhosa, difícil, mas é o melhor regime que existe.

Não podemos conceber e nem ficar calados, porque por trás dessa desqualificação há, na verdade, uma organização orquestrada por forças cujo próximo passo, agora, sem dúvida nenhuma, já será conduzido a grandes celebridades da oposição para dizer ao Brasil que não é só o PT.

Então, mulheres, homens, é preciso que prestemos atenção. E esta Casa tem a responsabilidade maior que é defender a Constituição. Então, Sr. Presidente, a Constituição não pode ser destruída pelo que ocorre hoje no Brasil.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Com a palavra o deputado Alan Sanches, pelo tempo de 5 minutos.

Pela ordem de inscrição feita pelo Sr. Carlinhos, depois de V.Ex^a tem Adolfo Menezes, deputado Zé Raimundo e o deputado Zé Neto.

O Sr. ALAN SANCHES:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, agradeço aqui a oportunidade. Hoje fui surpreendido em Santo Antônio de Jesus, primeiro quero agradecer ao nosso Líder ACM Neto, que absorveu o prefeito de Santo Antônio de Jesus, que já estava na Oposição, que foi maltratado, realmente, não foi tratado como um prefeito que ajudou a construir o governo do PT, foi maltratado e já havia indicado que iria para a oposição.

E nesse final de semana, na presença do senador Agripino, bem como na presença de ACM Neto e de outras lideranças, assinou a sua ficha de filiação, o que me deixa muito feliz.

Com a entrada do deputado Rogério Andrade aqui, eu gostaria, como liguei para V.Ex^a, dizendo que responderia a V.Ex^a, fico feliz em V.Ex^a estar aqui... Como eu lhe liguei, porque V.Ex^a é muito faltoso, eu não queria correr o risco de V.Ex^a não

estar aqui. V.Ex^a, inclusive, ia perder o mandato passado, não perdeu porque esta Casa acho que foi benevolente com V.Ex^a, para Gaban.

E quando V.Ex^a fala numa rádio usando o meu nome por diversas vezes, eu precisava – não se preocupe, não, a noite será longa. Como V.Ex^a está sempre aqui, poderemos debater aqui durante o dia todo. E quantas vezes V.Ex^a falar, eu estarei aqui para rebater V.Ex^a, porque o debate tem que ser nesta Casa.

Agora, acho que o deputado Rogério Andrade ficou tonto com a movimentação que aconteceu em Santo Antônio de Jesus e partiu para o ataque a Alan Sanches, que eu não tenho voto, – 2 vezes fui votado em Santo Antônio de Jesus com 4 mil votos – que não tenho bandeira. Não tenho bandeira porque não fico subindo em trator para dizer que trator é obra em Santo Antônio de Jesus; para botar a mão para cima e dizer que estou levando obra para Santo Antônio de Jesus.

Quando destravamos, deputado Rogério Andrade, não precisa me olhar feio, eu já disse que converso com V.Ex^a aqui ou em qualquer lugar. Sempre digo isso, e não precisa dizer que não tem medo de mim, pois já disse ao telefone. Isso não é ameaça, mas não precisa me olhar feio. Não tenho problema com ninguém aqui.

Então, eu quero dizer que V.Ex^a ficou tonto e partiu para agredir o deputado Alan Sanches, dizendo que eu não tenho voto. Eu que 2 vezes tive 4 mil votos em Santo Antônio de Jesus! Dizendo que faço uma política rasteira quando digo que V.Ex^a é deputado do Partido dos Trabalhadores! Porque em Santo Antônio de Jesus V.Ex^a tem o carimbo de aproveitador, tem o carimbo de pongador, tem o carimbo daqueles que pulam, que estava no grupo do Dr. Euvaldo e saiu porque queria ser candidato a prefeito, isso a Bahia toda sabe. Largou esse grupo e foi se articular com o prefeito. Depois de eleito, que teve uma votação do grupo Beija-flor – imagine – estava no grupo Jacu, foi para o grupo Beija-flor, saiu deste grupo e volta para o outro grupo dizendo o seguinte: “Eu não posso me contaminar com isso, está errado.” Mas se aproveitou de tudo que podia e, agora, este ano não presta!

Não é dessa forma! V.Ex^a me chamar de rasteiro porque digo que V.Ex^a, V.Ex^a é o candidato do PT lá! E vou dizer isso o tempo todo! Agora, rasteiro?! Rasteiro porque digo que V.Ex^a apoia Dilma?! Que V.Ex^a apoia Lula e o PT?! Por que sou rasteiro ao dizer-lhe isso?! Isso é política rasteira? V.Ex^a quer levar as obras, como disse “eu tenho muito orgulho de levar as obras...” Não, tem que ter orgulho de dizer que V.Ex^a é o candidato do Partido dos Trabalhadores lá. Que mal há isso?

Não se preocupe, não precisa tremer. Estou vendo que sua mão está tremendo, porque V.Ex^a tem esse problema de treme-treme! Não precisa tremer! Estarei aqui o dia todo para debater com V.Ex^a. Hoje, nesta Casa, deputado, V.Ex^a vai ter que estar presente, porque liguei informando que ia falar com V.Ex^a. Vou responder tudo que V.Ex^a falou a meu respeito, dar-lhe-ei o troco aqui.

A partir de agora, vou solicitar quantos discursos o deputado faltoso – não sou eu que digo –, o deputado ausente nesta Casa, que sabe usar o rádio para falar dos outros porque não tem coragem de falar na cara... V.Ex^a vai ter que ficar aqui o dia todo. E todos os dias em que eu estiver aqui estarei cobrando a presença de V.Ex^a.

O microfone é seu, V.Ex^a.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Com a palavra, por permuta com o deputado Joseildo Ramos, o deputado Rogério Andrade.

O Sr. ROGÉRIO ANDRADE:- Caro presidente, amigos, deputados, queridíssima deputada Ivana, grande deputada do nosso partido PSD, acho que não deveria nem usar da tribuna para responder ao pronunciamento do deputado Alan, até porque o povo de Santo Antônio de Jesus já deu a resposta ao deputado Alan Sanches, já deu a resposta por 2 vezes consecutivas. Primeiro, quando ele foi votado pelo grupo Beija-flor, em que eu tive 10 mil votos na cidade e o deputado forasteiro, que não tem serviço prestado na cidade, teve apenas 3 mil votos.

Quatro anos se passaram, e o deputado sumiu de Santo Antônio de Jesus, ninguém via o rastro do deputado Alan Sanches. E, aí, aproxima-se mais uma eleição, e ele monta o seu “quartel-general” na cidade – a Bahia toda já conhece o mecanismo que o deputado Alan usa –, chegando ao ponto de até atender como médico no hospital de Santo Antônio de Jesus para ver se conseguia nos desestabilizar politicamente. E qual é o resultado, deputado Bobô? As urnas se abrem, ele, votado agora pelo grupo Jacu – há 4 anos pelo Beija-flor, depois pelo grupo Jacu –, trocou de grupo, e a urna “pau” de novo: Rogério Andrade, 13 mil votos e o deputado Alan Sanches, 3 mil votos. Por que será, meus amigos e minhas amigas? Por que será que o deputado Rogério Andrade, apoiado pelo grupo Beija-flor, tem 10 mil votos; é apoiado pelo grupo Jacu... Perdão, pelo Beija-flor, tem 13 mil votos; pelo grupo Jacu, tem 10 mil votos... E o deputado Alan, por um grupo é 3 mil, pelo outro grupo é 3 mil.

Mas eu vou lhe dar a receita, deputado: quando eu acordar às 5h da manhã, vou ligar para V.Ex^a para pedir...

(O Sr. Alan Sanches fala fora do microfone.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Deputado Alan. Por favor, deputado!

Pode prosseguir, deputado Rogério. Deputado Alan, depois V.Ex^a usa o tempo. Deputado, calma!

O Sr. ROGÉRIO ANDRADE:- (...) pedir a V.Ex^a que faça o que tenho feito...

(O Sr. Alan Sanches continua se manifestando.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Meus amigos deputados, faltam 6 meses para as eleições, vamos manter a calma.

O Sr. ROGÉRIO ANDRADE:- (...) acordar cedo e ir trabalhar. Essa é a receita. Por exemplo, meu presidente, tive a honra de usar, meu querido amigo Roberto Carlos, amigo de longas datas, o veículo de comunicação de lá para anunciar que na próxima semana iremos começar uma obra importante na zona rural do município de Santo Antônio de Jesus, Riacho Dantas: um sistema de abastecimento

de água. Em abril, será licitado um outro sistema, com 23 quilômetros de extensão. Então, a receita é essa, deputado. Não adianta V.Ex^a usar a tribuna e vir com blá-blá-blá.

(O Sr. Alan Sanches fala fora do microfone.)

O Sr. ROGÉRIO ANDRADE:- Eu adesista, deputado?...

(O Sr. Alan Sanches continua se manifestando.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Deputado Alan...

O Sr. ROGÉRIO ANDRADE:- (...) V.Ex^a chegou aqui na Assembleia...

(O Sr. Alan Sanches continua se manifestando.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Deputado Alan...

O Sr. ROGÉRIO ANDRADE:- (...) V.Ex^a foi presidente da Câmara de Vereadores de Salvador com o apoio do ministro Geddel. Depois abandonou o PMDB. V.Ex^a foi para o PSD e recebeu mais de 20 mil votos, dados pelo senador Otto Alencar. Depois abandonou o PSD. V.Ex^a foi votada pelas duas correntes políticas de Santo Antônio de Jesus: perdeu com o apoio de uma e ia perder com o apoio de outra. De forma, deputado, que sei qual é a estratégia de V.Ex^a. Inclusive ao vir aqui a esta tribuna, eu sabia qual era a estratégia de V.Ex^a, que era tentar me desestabilizar, tentar ganhar a eleição no tapetão. Me alertaram que V.Ex^a queria me desequilibrar. Eu não vou entrar na onda de V.Ex^a. Não vou.

(O Sr. Alan Sanches levanta-se e vai em direção à tribuna, sendo contido pelos seguranças e por outros deputados. Mesmo assim, continua se manifestando.)

O Sr. ROGÉRIO ANDRADE:- Ótimo! Eu acho que V.Ex^a tem que trabalhar para poder competir comigo em Santo Antônio de Jesus.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O Sr. ROGÉRIO ANDRADE:- Enquanto V.Ex^a vai voltar para a tribuna, eu vou trabalhar. Vou para a superintendência do Banco do Nordeste, vou para a Coelba, agora, em audiência com o povo que precisa de minha ajuda e vou deixar V.Ex^a voltar e ficar falando para os ventos, porque lá em Santo Antônio todo mundo conhece V.Ex^a.

Um grande abraço e desculpe-me, Sr. Presidente, por exceder o tempo. E nós teremos outra oportunidade. Um grande abraço.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Com a palavra o deputado Luciano Ribeiro, para os ânimos esfriarem.

O Sr. LUCIANO RIBEIRO:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, no momento em que o Brasil atravessa essa crise de vários fatores, de várias instituições, de várias conotações, e que, em voga e contrapondo a alguns fatos noticiados, se discute muito sobre o cumprimento das leis, se discute muito sobre o respeito, sobretudo, à Constituição Federal.

Sou legalista, sempre usei esta tribuna para aqui assim defendê-lo, não seria

agora que faria diferente. Entendo que no regime democrático de direito, o Estado, o cidadão, as instituições, todos devem viver sob o império da lei, sob o império da Constituição, soberana. Tenho dito, porque acredito, que o nosso País de uma forma geral, vem sofrendo de um mal terrível, causado pela chamada governabilidade, em que tudo é possível. E o Poder Legislativo se anula em função dessa governabilidade, dando apoio cego e irrestrito ao Executivo, em troca de favores políticos para os diversos partidos, que são muitos na nossa nação. Uma incorreção, acredito, que deve passar a normalidade democrática.

Quero comemorar, hoje, nesta tribuna, aquilo que deveria ser um lamento. Comemoro hoje, junto com a Bancada de Oposição, a grande vitória do parlamento baiano dentro desta ótica de respeito à Constituição, de império à Constituição, de respeito aos poderes constituídos.

O Tribunal de Justiça da Bahia, na quarta-feira passada, dia 17 de março de 2016, concedeu um mandato de segurança. Se vivêssemos sem essa tal da governabilidade, poderíamos achar que isso é um absurdo. O Poder Legislativo recorrer ao Tribunal de Justiça para fazer com que o Executivo cumpra o mandamento constitucional não deveria ser motivo de comemoração, como hoje estamos a comemorar.

Mas a comemoração deve-se não a esta ação, mas ao simbolismo que ela representa. Precisamos, a partir de então – e nesse momento que o País tanto prega o respeito às normas constitucionais, às garantias legais –, comemorar essa evolução. Esse simbolismo de que o que aqui fazemos, fazemos em nome do povo. As leis que daqui emanam são legítimas e todos devem se submeter. Inclusive o governador do Estado, que está sendo instado, obrigado a cumprir as emendas impositivas.

E por que nós da Oposição assim o fizemos? Porque não fomos atrás do governo e nem do Líder do Governo, para negociar votação para se pagar emendas impositivas. Fomos atrás do cumprimento da lei que este parlamento construiu e aprovou e o governador se negou a cumprir. A justiça foi feita, o simbolismo está lançado. O parlamento baiano hoje escreve uma página linda na sua história. Viva a independência do parlamento baiano! E lamento a submissão daqueles que ainda querem viver submissos, subjugados ao Executivo da Bahia.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Com a palavra o deputado Zé Raimundo pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. ZÉ RAIMUNDO:- Sr. Presidente, nobres colegas deputados e deputadas, os que nos assistem pela *TV Assembleia*, corpo de assessores desta Casa, nesta breve intervenção, gostaria de trazer aqui mais uma vez o registro das grandes manifestações que ocorreram na última sexta-feira no Brasil inteiro. Em especial, na Região do Sudoeste da Bahia, em Vitória da Conquista. Uma participação de inúmeras entidades e de representações do Sudoeste da Bahia. Em um ato simbólico,

pelas ruas da nossa cidade, nos somamos aos milhões de brasileiros e brasileiras que querem, sim, uma rigorosa apuração de tudo aquilo que depõe contra a moral e a ética na política, em especial a favor da apuração das denúncias da Lava-Jato.

Mas também não abriremos mão da defesa da legalidade da Constituição Brasileira e das instituições democráticas deste País; uma vez que estão as elites brasileiras, mais uma vez, movendo suas peças para impedir o progresso e o desenvolvimento social deste País, alegando os fatos que estamos vendo aí em relação ao presidente Lula. E, lá, no Congresso Nacional, com a questão de Direito Administrativo, estão querendo impedir o mandato da presidenta Dilma.

Por certo, ainda nas jornadas de março e durante o mês de abril, haveremos todos nós democratas de manifestar a nossa indignação contra essa burla, contra essa maneira que um grupo de operadores da burocracia brasileira querem golpear a democracia.

Portanto, de forma soberana, Vitória da Conquista se adicionou a esse movimento nacional, colocando alguns milhares de pessoas nas ruas.

Quero, também, fazer um breve registro sobre um debate, que constantemente os nossos respeitáveis colegas da Oposição têm trazido, acerca dos projetos do governador Jaques Wagner. Tal matéria, com certeza, será objeto de intervenção da Liderança do governo, da Liderança do nosso partido, com relação à natureza dos projetos de autorização legislativa. Tenho em mãos a Lei nº15.567, de outubro de 2014, da Assembleia Legislativa de São Paulo. É um decreto autorizativo de São Paulo. Um decreto autorizativo que dá ao governador de São Paulo exatamente o direito de tomar empréstimos em somas vultosas. Está lá dito: "...para a Linha 5 do Metrô e para o projeto Tamoios, a cargo da Secretaria de Logística e Transporte do Estado de São Paulo, sob o regime de concessão. Os valores contratados podem ser utilizados tanto para as concessões quanto para a manutenção." Ou seja, uma autorização legislativa, conforme o preceito constitucional, que dá ao governador do Estado o início de um processo de elaboração de projetos e estudos, caro prefeito (ex-prefeito e futuro prefeito) de Alagoinhas, Joseildo Ramos, para tomar empréstimos.

Então, é isso que queremos aprovar hoje. É uma autorização legislativa para o governador Rui Costa tomar empréstimo. Para quê? Mobilidade urbana! Projeto integrado de programas sociais, projetos de recuperação de estradas. Ou seja, é uma ementa que se aprova, e o detalhamento faremos depois. Isso todos os governadores fazem. Está aqui a lei de São Paulo confirmando: "Milhões para o Metrô de São Paulo e milhões para o projeto Tamoios."

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. Adolfo Viana:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Um minuto, caro amigo deputado Adolfo Viana.

GRANDE EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Grande Expediente.

Com a palavra o deputado...

O Sr. Adolfo Viana:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. Marcelino Galo:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Vou conceder antes de ele começar...

Com a palavra o deputado Joseildo Ramos por 25 minutos.

Questão de ordem, inicialmente do deputado Adolfo Viana, depois o deputado Marcelino Galo.

Pois não, deputado Adolfo Viana.

O Sr. Adolfo Viana:- Sr. Presidente, irei formular a minha questão de ordem, mas antes de solicitar a verificação de quórum para a continuidade da presente sessão, eu gostaria de dizer ao deputado Zé Raimundo que nós parlamentares da Oposição não estamos contrários ao empréstimo que o governador solicita; estamos contrários à metodologia. V.Ex^{as}. estão, a todo tempo, durante esta legislatura, trazendo para este plenário projetos em regime de urgência. Ao presidente Marcelo Nilo vai ser sugerido, por esta Bancada de Oposição, encerrar as comissões; porque V.Ex^{as} estão anulando o trabalho que deveria ser feito no âmbito das comissões. Os projetos que estão sendo aprovados nas comissões não estão vindo para o plenário, e deveriam vir; e os que não passam pelas comissões V.Ex^{as} querem que aprovem em regime de urgência aqui no plenário.

Então, nós não estamos contrários à operação de crédito que o governo quer fazer, o que nós queremos é clareza nessa operação. E é isso que nós estamos solicitando à Bancada do Governo.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- V.Ex^a. será atendido.

O Sr. Adolfo Viana:- Agora, aproveitando também a oportunidade, eu, que respeito muito V.Ex^a, quero que V.Ex^a vá até a Assembleia Legislativa de São Paulo, porque, com certeza, lá os deputados estão se comportando de maneira bem diferente do que estão se comportando aqui. Lá não se vota projeto em caráter de urgência como se vota aqui nesta Casa. Aliás, aqui nesta Casa, só se vota em caráter de urgência. Veja, verifique, V.Ex^a, os projetos em caráter de urgência.

Aqui, deputado Zé Raimundo, só se aprova projeto em caráter de urgência. Nós não somos contrários à operação de crédito: o governo já fez aqui diversas. Só no governo Wagner, até hoje, foram R\$17 bilhões em empréstimos cuja autorização o seu governo pediu, R\$9 bilhões já foram gastos. Mas nós não sabemos em que foi gasto ainda. V.Ex^a. sabe? Se V.Ex^a. souber, por favor, use a palavra e nos diga em que foram gastos os R\$9 bilhões nos quais o seu governo já passou a mão.

Muito obrigado.

O Sr. Marcelino Galo:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Questão de ordem do deputado

Marcelino Galo.

O Sr. Marcelino Galo:- Sr. Presidente, Sr. Deputado Zé Raimundo, que acabou de se pronunciar aqui no plenário, um governo para investir em políticas públicas, em infraestrutura, num estado pobre como o nosso, uma das últimas arrecadações per capita deste País – isso é uma questão estrutural que não se altera de um pequeno tempo para outro –, é necessário que recorra, sobretudo, para grandes investimentos, a empréstimos. Isso é uma questão natural, não sei por que se faz tanta confusão, tanto alarde quando se discute empréstimo nesta Casa.

E o governador que está investindo da forma como ele vem fazendo em Salvador, basta sair ali na Paralela para ver, vai ser outra cidade depois de toda essa estrutura viária, metroviária que está sendo revolucionada em Salvador... Então, na cidade que passou 13 anos para construir um metrô de 6 quilômetros, logo, logo teremos a terceira estrutura metroviária deste País, com 47 quilômetros.

Quanto às encostas, é o governador que mais construiu encostas. E a melhor coisa das segundas-feiras, sem dúvida nenhuma, é acompanhar o governador Rui Costa, quando ela vai fazer a entrega dessas encostas, deputado Luciano Ribeiro; porque ali é a vida do povo pobre desta cidade que está em jogo, do povo expulso, que é empurrado a morar em lugares de risco. E ali as entrega o governador – sem dúvida nenhuma, um dos primeiros, na história deste Estado, a ter uma preocupação tão nobre.

Um governador que já visitou mais de 160 escolas. Ali, com uma sensibilidade muito grande, ele ouve mais o diretor da escola, o professor da escola. Isso é uma coisa inédita na história deste Estado, o que tem um simbolismo muito forte, demonstrando seu respeito pela educação, pelos professores.

Então, para fazer política, precisa-se de dinheiro. Num Estado pobre, tem que se recorrer a empréstimo, e isso é uma coisa natural. Para fazer políticas públicas, deputado Luciano Ribeiro, uma grande revelação desta Casa, um deputado legalista... Eu admiro as posições de V.Ex^a em relação a manter o estado de direito e gosto muito da presença de V.Ex^a no plenário. É um grande deputado. Com certeza, o deputado sabe que para fazer políticas públicas, é necessário dinheiro, é necessário muito investimento e precisamos recorrer a organismos internacionais, a empréstimos. Isso é uma questão natural.

Mas, vamos aprovar aqui porque temos a Maioria e ela existe para isso. É o exercício da democracia. Sr. Presidente, gostaria que V.Ex^a desse o tempo regulamentar como é previsto e acordado nesta Casa, para que a gente possa convidar todos os deputados que estão no exercício também do seu mandato em outras atividades, para que eles possam comparecer a este plenário e aqui dar a sua presença para que a gente possa encaminhar tranquilamente o debate fundamental para o Estado da Bahia, que sei que a Oposição terminará votando a favor, como já fez em várias outras situações, entendendo a necessidade de ter recursos para se apoiar o desenvolvimento desse Estado e, principalmente, dar a infraestrutura tão necessária ao desenvolvimento econômico e social da Bahia.

Então, era isso, Sr. Presidente, que o Senhor convoque para este plenário todos

os Srs. Deputados.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):-V.Ex^a será atendido.

Por favor, marquem o tempo, zerem o painel, marquem os 15 minutos. (Pausa)

Srs. Deputados, existe um pedido de verificação de quorum solicitado pelo deputado Adolfo Viana para a continuidade da presente sessão. V.Ex^{as} que se encontram nos gabinetes, em outras dependências desta Casa, solicitamos a presença em plenário para a continuidade da presente sessão.

(O Sr. Presidente procede à chamada nominal dos Srs. Deputados.)

O Sr. Zé Neto:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Questão de ordem, deputado Zé Neto.

O Sr. Zé Neto:- Sr. Presidente, peço para esclarecer ao meu querido amigo deputado Adolfo Viana que, talvez, pela juventude dele, jovem brilhante já em seu segundo mandato, não tenha convivido com o que acontecia no passado desta Casa. Enquanto convocamos os Srs. Deputados, queria lembrar ao deputado Adolfo que sempre será um prazer imenso fazer os acordos, dentro do que é possível ser feito do ponto de vista do diálogo. Parece uma brincadeira e até uma piada, é algo tão distante, mas antes de nós não se mudava uma vírgula nos projetos, deputado Luciano. Se houvesse uma vírgula fora do lugar, um erro de português, quem fazia essa mudança não era sequer a Secretaria da Mesa. Isso era para ser feito no governo.

Hoje, deputado, tenho alegria quando chego a algum acordo com V.Ex^{as}. Semana passada fiz de tudo, antes da votação, para tentarmos uma votação em conjunto na comissão, mesmo com os prazos vencidos. Como já fiz 2 vezes seguidas, quando V.Ex^{as} reclamam, trago para as comissões. Porque acho que a Oposição tem o instrumento do falar e reclamar, enquanto nós temos o instrumento do fazer. Temos que fazer com que as coisas aconteçam no Estado.

Então, deputado, mudou muito. Há muitos projetos aprovados de deputados. Semana passada, por exemplo, acatamos uma importante emenda do deputado Luciano, que sempre vem colaborando no sentido de lapidar, de dar melhoria aos projetos de governo. E não vejo problema algum nisso. Mas, no que diz respeito aos nossos empréstimos, é bom só salientar que acontecem no momento da vida do nosso País e, especialmente, do mundo de dificuldade econômica profunda. Urge, deputado Hildécio, um estudioso das finanças, redimensionar o tamanho do Estado. Não o Estado da Bahia, mas o Estado mundial.

Essa crise começa há 2 décadas, quando aos poucos a Europa vai se desindustrializando e buscando nos países pobres, uma espécie de cooperação mais barata. Depois vai ficando num processo no qual as previdências foram ficando inchadas, as pessoas trabalhando na Europa em torno de 20 anos e vivendo na previdência em torno de 35, 40 anos. Isso foi inviabilizando o Estado, como também as infraestruturas e todo um contexto que precisa ser repensado com equilíbrio. Porque não é apenas a situação do tamanho do Estado, é da necessidade de ele ter o tamanho certo. E o tamanho certo do Estado é a busca do equilíbrio. E quero dizer a V.Ex^{as} que esse é um recurso extremamente valioso.

Queria convidar os Srs. Deputados e Sr^{as} Deputadas que estão na Casa, porque estamos numa contagem de quórum. Numa peleja, como diz o meu colega catingueiro, deputado Luciano. Também sou catingueiro com orgulho. Antes dizer que era catingueiro, que era negão soava diferente. Mas mudou, hoje ser negão é bom, ser catingueiro é bom. Ter essas raízes nos abastece e nos ilumina.

Deputado Vando, V.Ex^a já deu quórum? Faltam apenas 2 deputados, solicito aos Srs. Deputados que estão na Casa que compareçam ao plenário. Temos ainda 7 minutos.

O Sr. Adolfo Viana:- Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Questão de ordem, deputado Adolfo Viana.

O Sr. Adolfo Viana:- Sr. Presidente, tenho o maior respeito pelo deputado Zé Neto e ele fala como se, no passado, esta Casa tivesse cometido diversos equívocos. Eu não posso falar pelo passado, mas, por este presente que aqui estou, tenho visto, realmente, deputado Zé Neto, diversos equívocos. E essa prática de se votar projetos em regime de urgência, talvez, seja o maior deles. Votar esse projeto, conceder esses R\$ 2,5 bilhões ao governo do Estado, sem fazer os devidos questionamentos, é esbofetear a cara da sociedade. É esbofetear a cara dos baianos.

Desafio V.Ex^a a trazer um baiano de qualquer canto deste grande Estado, para dizer neste plenário que nós devemos aprovar o projeto da forma que vocês querem. Eu duvido! Se fizerem uma pesquisa de opinião, 100% dos baianos vão pedir que esta Casa se comporte de maneira diferente da que V.Ex^a vem orientando a sua Bancada.

Então, deputado Zé Neto, o respeito que tenho a V.Ex^a e a amizade que temos e construímos aqui dentro não me dão o direito de ficar omisso diante desse projeto que V.Ex^a insiste em colocar para votar na tarde desta segunda-feira.

Quando eu digo que V.Ex^a está esbofetendo a cara dos baianos é, justamente, porque o povo vem sinalizando para a classe política. A população tem tomado as ruas pedindo um posicionamento da classe política diferente do que o que aí está. E, aqui na Bahia, parece que vocês estão fazendo ouvido de mercador.

Nós não podemos, deputado Zé Neto, continuar aqui a votar projetos dessa maneira. Não é o que a sociedade quer, não é o que a sociedade espera. E a sua base está completamente desconfortável, porque todos os parlamentares da sua ampla base de governo sabem que os seus eleitores não estão satisfeitos com esse tipo de conduta. Os parlamentares que compõem essa ampla base do governo estão desconfortáveis. Eu vejo aqui o secretário da Bancada Governista, amigo de todos nesta Casa, fazendo um esforço sobre-humano para trazer os parlamentares para o plenário.

Mas é natural que eles não queiram vir para o plenário porque estão divididos. Eles não sabem, hoje, o que fazer: se devem atender o governo ou se devem atender os seus eleitores, a maioria dos baianos. Aqueles que optarem por atender o governo podem ter certeza que, daqui a três anos, no encontro que todos nós teremos com as urnas, V.Ex^{as} verão que esse tipo de atitude não levará a lugar nenhum. Muito pelo contrário, levará à saída deste Parlamento.

Finalizo minha questão de ordem, Sr. Presidente, pedindo ao Líder do Governo sensibilidade com o povo da Bahia e com a sua bancada governista, que não quer votar esse projeto da maneira que aí está.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Questão de ordem para o deputado Sandro Régis.

(O deputado Sandro Régis nega que tenha feito o pedido.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Eu me equivoquei, deputado Sandro Régis.

O Sr. Zé Neto:- Pela ordem Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Questão de ordem para o deputado Zé Neto.

O Sr. Zé Neto:- Srs. Deputados que se encontram na Casa, temos ainda 3 minutos. Está faltando um deputado...

(Vários deputados falam ao mesmo tempo, questionando a nova questão de ordem concedida ao deputado Zé Neto.)

(O deputado Sandro Régis pede para o presidente da sessão seja imparcial, afirmando que ele não pode ser governista ocupando a referida cadeira.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Deputado Sandro, calma. Mas é que às vezes o deputado pede uma questão de ordem no meio do tempo.

O Sr. Joseildo Ramos:- Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Questão de ordem para o deputado Joseildo.

O Sr. Joseildo Ramos:- Sr. Presidente, nós haveremos de dar continuidade a esta sessão pela importância que ela tem. Portanto, aproveito para convidar as Sr^{as} e os Srs. Deputados que estão na Casa, na biblioteca formulando projetos, aqueles que estão no cafezinho, que venham, pois estamos a 3 minutos do fim do prazo para que tenhamos quórum para a continuidade da presente sessão.

O deputado Bira Corôa já deu presença. Nós estamos aguardando vários deputados para que...

(Algum deputado se manifesta fora do microfone.)

O Sr. Joseildo Ramos:- (...) Falei da biblioteca, companheiro. Lá, tem muita gente formulando projetos de qualidade superior. Portanto, Srs. Deputados... Deputado Alan Castro aparece para poder salvar o quórum para a continuidade da presente sessão.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Já há quórum para continuidade da sessão.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Grande Expediente.

Com a palavra o deputado Joseildo Ramos. Deputado Alan Castro, salvador da sessão. Da primeira, pelo menos.

“Voltem o painel”

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Grande Expediente.

Com a palavra o deputado Joseildo Ramos.

O Sr. JOSEILDO RAMOS:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, todos que nos ouvem e nos assistem pela *TV Assembleia*, imprensa aqui presente, subo a esta tribuna para utilizar o tempo do Grande Expediente, para tratar de assuntos cuja decorrência tem impacto muito grande na vida da sociedade brasileira. Várias vezes formulamos algumas questões aqui, preocupados com o andar da carruagem, principalmente em relação ao processo de financiamento eleitoral e à lógica da funcionalidade das disputas eleitorais que a cada dois anos acontecem em nosso país e à produção de vários e vários problemas ligados à corrupção que grassa de norte a sul, de leste a oeste, permeando todo esse processo político e eleitoral. Casando interesses de empresários que financiam pontas de lança para defender os interesses das diversas corporações empresariais e dos conglomerados financeiros no Parlamento brasileiro, sub-representado em três níveis. E, hoje, estamos vivendo um momento de crise. E a partir do bom funcionamento das instituições de Estado, em qualquer crise – inclusive uma crise profunda como essa: crise moral, crise política, crise financeira –, a partir desse momento, dessa turbulência, emergem soluções. E a história quase sempre tem provado isso. E a consolidação do Estado continua a acontecer de maneira criativa, de maneira exitosa, de maneira normal. E dessa turbulência, sem sombra de dúvida, emergem melhores momentos. Como disse o deputado Zé Raimundo, próximo prefeito de Conquista, e concordo com ele, aqui queremos e tudo faremos para que vejamos o nosso País passar a limpo: quem quer que tenha sido o causador de qualquer ilícito, as barras da lei devem ser o caminho inexorável. Sem sombra de dúvida, não estamos aqui para defender quaisquer cidadãos que cometam ilicitudes sem que sobre eles recaiam os rigores da lei. Mas o que está acontecendo em nosso país, neste momento, chama a atenção e remete a que cada um de nós – aqui, no caso, no Parlamento estadual baiano, mas cada membro do Parlamento nos seus três níveis: Câmara de Vereadores, Assembleia Legislativa e Congresso Nacional – deva fazer o grito pela permanência do estado pleno de direito.

Infelizmente, o que estamos assistindo está favorecendo a um largo silêncio de determinados setores conservadores, como se o processo de combate à corrupção ficasse imune às regras constitucionais e de resto o arcabouço jurídico do Estado brasileiro. Não podemos aceitar, como pretexto de combater a corrupção, que haja um pano de fundo para ferir o Estado Democrático de Direito. Causou espécie para todo brasileiro verificar que a famosa condução coercitiva do ex-presidente Luiz Ignácio Lula da Silva se deu sem o devido rito processual.

Ora, juiz, magistrado não inventa lei. Para isso temos todo o arcabouço jurídico nacional, temos a Carta Magna, que oferece o trilha da ação do Estado de pleno direito. Mais de 100 pessoas foram conduzidas coercitivamente, sem aviso prévio, sem convite formal. Portanto, todas essas pessoas foram sequestradas pelo Estado Brasileiro. Mas chamou muito mais a atenção quando isso recaiu sobre a figura do ex-presidente Lula. Se não fosse Lula, não haveria grito de perplexidade. O Superior

Tribunal de Justiça, o Supremo Tribunal Federal, o Conselho Nacional de Justiça, silentes, observando a paisagem, enquanto a nossa democracia estava sendo ferida de morte.

Prisões temporárias estão se transformando em penas antecipadas sem o devido processo legal. Isso não está certo! Isso é conveniente para apontar, para colher delações premiadas a esse preço, incluindo aspectos de terrorismo, juntando o sentimento familiar de quem está apenado sem transitar em julgado aquilo que a justiça lhe deve enquanto processo. Mas estamos num silêncio obsequioso, perturbador, e a classe política não tem levantado a sua voz para esse verdadeiro crime. A espetacularização do processo da Lava Jato fere a dignidade humana, esgracha a ação midiática, que em nada favorece a consolidação do Estado Democrático de Direito. Muito pelo contrário: o desrespeito à dignidade humana afronta a Constituição brasileira.

E olhem que aqui não há nenhuma defesa na direção de quem cometeu qualquer ilícito. Não estou aqui a defender quem comete ilícito, mas estou aqui a defender o Estado Democrático de Direito. Por exemplo, grampo onde se ouve a voz da presidente Dilma, antes de o ex-presidente Lula atender o telefone, sugere que houve grampo ambiental na Presidência da República. Isso é crime! Isso fere a lei de segurança nacional – não aquela do período ditatorial, mas a lei de segurança nacional que coloca claramente prerrogativas para quem está exercendo o maior cargo da nossa República. O que o juiz deveria ter feito era lacrar, deputado Zé Raimundo, aquela conversa, protegendo o sigilo, e remetê-la para o Supremo Tribunal Federal, que por sua vez iria aferir a presença ou não de ilícito naqueles grampos, naquelas interceptações de fala.

Além disso, houve a pressa do juiz Moro em liberar conversas sobre as quais sequer existem suposições de crimes, conversas privadas. Observem os senhores: o sigilo, a invasão da privacidade do ser humano, em nosso País, virou piada. Não se pode tornar pública a conversa privada que não esteja prevista no processo criminal; e a gente viu, a torto e a direito, esses vazamentos. Todos nós estamos assistindo essa situação, que pode nos custar muito caro. Inclusive, registramos agora vários pronunciamentos de ministros do Supremo Tribunal Federal, a exemplo do ministro Marco Aurélio de Melo. Ele colocou críticas duríssimas, falando que, na frente, o Conselho Nacional de Justiça precisa se pronunciar sobre esse estado de coisas que andam acontecendo recentemente no País.

Ora, é impossível! Não é um único juiz do país que deve atuar como se fosse todos os juízes. Não está certa a divulgação de conversas que estão protegidas no devido processo legal em qualquer inquérito. Isso fere de morte a Constituição brasileira. E o que nos resta: ser um Estado Democrático de Direito, sem a luz da constituição, é a barbárie.

No momento em que todo esse acesso midiático espetacularizado vai para a população brasileira, é o prenúncio de se convulsionar o país a pretexto de se combater a corrupção.

Deputado Sandro Régis, logo V.Ex^a terá a palavra, com o aparte. Com muita

satisfação eu lhe ouvirei. Mas observe: nas manifestações pelo impeachment e nas demais manifestações que ocorreram em todo o país, àqueles políticos que mais lutam pelo impeachment não podem sequer aparecer nessas manifestações, porque são rechaçados por estarem se manifestando.

É claro que todos seremos tragados por este mar de lama enquanto não se fizer uma voz que rompa o silêncio em todas as Casas Legislativas deste País.

Irei continuar com o pronunciamento, mas ouvirei o aparte do ilustre deputado Sandro Régis.

O Sr. Sandro Régis:- Deputado Joseildo, eu só quero aqui fazer uma ressalva a V.Ex^a: essa mesma situação da questão da divulgação da escuta telefônica autorizada aconteceu com um senador de Goiás quando ele conversava com o Cachoeirinha. Não era o senador que estava grampeado, e sim o Cachoeira. No entanto, o ministro da época, Eduardo Cardoso, disse que a divulgação da conversa teria que ser feita porque a população teria que ter conhecimento da gravidade do assunto.

Então, eu não quero polemizar com V.Ex^a, mas o discurso do PT, quando fere o partido, é um; quando não fere, é outro? Porque o senador também não estava grampeado. Quem estava grampeado era o Cachoeira, tanto que, quando a Justiça Federal foi divulgar a conversa, o próprio ministro Eduardo Cardoso disse que a conversa teria que ser divulgada pela gravidade do assunto.

Eu só quero lembrar isso para V.Ex^a. Acho que um discurso sobre o mesmo assunto não pode ter duas medidas e sim apenas uma.

Muito obrigado pela concessão do aparte!

O Sr. JOSEILDO RAMOS:- Deputado Sandro Régis, V.Ex^a só faz enriquecer o que estou dizendo aqui.

Em nenhum momento eu disse que 2 pesos e 2 medidas é aquilo que estou contestando. Isso aconteceu, está errado, do mesmo jeito que Eduardo Azeredo ao renunciar à condição de deputado federal para que o seu inquérito saísse de onde estava para poder ficar na 1ª Instância, tudo isso está errado.

O que a gente não pode é estar respirando com uma narina de um lado e do outro sem sentir o cheiro diferenciado, V.Ex^a só reforça o que estou aqui a dizer.

Agora vejam em que situação inusitada nos encontramos, quem está capitaneando, dirigindo o impeachment da presidente Dilma, onde não existe uma afirmação segura de que ela cometeu crime de responsabilidade, é Eduardo Cunha, que hoje já é réu em 3 inquéritos do Supremo Tribunal Federal. Qual a sustentação que deveremos ter em um impeachment sendo presidido por alguém que é réu e está sob ameaça de ser preso e afastado da sua função a qualquer momento?

O presidente do PSDB, Aécio Neves, está sob suspeita, repito, sob suspeita, de ter recebido propina de furnas, de ter agido ilicitamente na CPMI dos Correios, de ter conta secreta, que a Procuradoria-Geral da República, já viu que ele tem conta secreta em nome de sua mãe, em um paraíso fiscal, isso é notório, já existem provas para isso na Procuradoria-Geral da República. Esta é a figura que quer o impeachment mas foi impedido de falar nas manifestações porque o povo não vê nele o exemplo ético e

moral para poder falar da coisa ruim na política.

São as narinas seletivas, observo...

O Sr. Hildécio Meireles:- Um aparte deputado.

O Sr. JOSEILDO RAMOS:- (...) Só um instante, o deputado Zé Raimundo terá um aparte, V.Ex^a outro, com muito prazer.

Observem senhores, a CPI da Petrobras lá na Câmara, um dos vice-presidentes foi prefeito aqui de Salvador, na época em que estava se construindo o que a gente se habituou a chamar de “ferrorama”, um superfaturamento que foi estabelecido, visto, levantado pelo Ministério Público Federal, salta aos olhos. Estou falando daquele “ferrorama”, o metrô calça-curta cujo o superfaturamento, pelo menos, foi da ordem de R\$ 166 milhões. Mas observem as fotos dos caçadores dos corruptos, e a gente vê figuras desse naipe que estão lá. É por isso que essas figuras quando vão nas manifestações estão esquecendo que fazem parte desse nó górdio.

É preciso que a gente não se afaste dessas questões e não se apegue a elas. Não estou aqui a apontar ninguém, estou lendo notícias que são muito caras para a nossa democracia.

Gostaria de ouvir as vozes da oposição em defesa do Estado democrático de direito.

V.Ex^a está inscrito!

A prisão de Walter Takemoto, aqui em Salvador, é um exemplo claro, parece uma coisa simples, deputado Alan, mas não é. A forma como ele foi preso em flagrante, ele foi sequestrado, do mesmo jeito que Luís Inácio Lula da Silva o foi, e com vários indícios de que a Assistência Militar da Prefeitura Municipal de Salvador teve a ver com esse fato, além também da própria Polícia Militar que está sob o comando do nosso governador. É preciso que isso seja levantado em favor de todos nós.

Não estou aqui a apontar quem quer que seja, mas estou clamando para não ser omissos porque temos obrigação de oferecer para as futuras gerações um Estado com as suas instituições em pleno funcionamento, porque não queremos experimentar os dias sombrios, os dias de chumbo. Pois quando se espetaculariza um inquérito judicial, se está convulsionando a população e essa, sintomaticamente, é uma forma que a história já cravou de um mundo fascista, que deu no Hitler, que deu no Mussolini na Itália. Não queremos isso para o nosso querido Brasil.

Ouçó com muita atenção o deputado Zé Raimundo.

O Sr. Zé Raimundo:- Deputado Joseildo Ramos, gostaria de felicitá-lo por esta intervenção na qual V.Ex^a traz uma série de premissas e argumentos, e sobretudo traz esse sentimento de um democrata, de um lutador social, de um parlamentar que tem defendido os interesses específicos de sua região, de sua querida Alagoinhas. Mas, também traz sempre nesta tribuna, reflexões e elementos da dinâmica política brasileira, como acaba de fazer e continua fazendo nesta bela intervenção.

E eu queria dizer a V.Ex^a, como um simples cidadão, mas também com um olhar privilegiado de professor de história, que, infelizmente, todas as vezes em que o

povo se mobiliza, que começa a galgar um espaço na estrutura econômica e social neste país, a elite inventa e reinventa estratégias para abortar o progresso e o desenvolvimento.

Por isso gostaria de parabenizar V.Ex^a e dizer que trataremos, diuturnamente, aqui dessa questão durante todo este mês.

O Sr. JOSEILDO RAMOS:- Acolho, com muita alegria, o aparte de V.Ex^a.

Concedo um aparte ao deputado Hildécio Meireles.

O Sr. Hildécio Meireles:- Deputado Joseildo Ramos, quero parabenizar V.Ex^a pelo conteúdo do seu pronunciamento, sobretudo pela sua preocupação com a solidez do Estado Democrático de Direito no País. E seria muito interessante que as lideranças de nível nacional dos partidos, sobretudo do Partido dos Trabalhadores, que governa o País há mais de 12 anos, é importante que tivessem a mesma preocupação.

Quero concordar, quando V.Ex^a se referiu ao juiz que coordena a operação Lava Jato. Provavelmente ele tenha exagerado, mas há de se convir que a confusão institucional que se instalou neste país é tão grande, que instituição alguma respeita mais ninguém.

Temos informações de que a Agência Brasileira de Informações tem monitorado o trabalho do juiz, ou seja, o Poder Executivo interferindo de forma criminosa nos trabalhos de outro Poder.

Sendo assim ficaria muito contente, se o pronunciamento de V.Ex^a fosse levado ao conhecimento das altas lideranças políticas do País sobretudo, repito, daqueles que governam o país há mais de 12 anos.

Parabéns.

Muito obrigado.

O Sr. JOSEILDO RAMOS:- Com o aparte o deputado Luciano Ribeiro.

O Sr. Luciano Ribeiro:- Agradeço a V.Ex^a pela oportunidade, e conclamado que fui por V.Ex^a em nome da oposição, quero, reafirmar o meu posicionamento que é o mesmo de toda oposição – como V.Ex^a cobrou – de lutar pela preservação das instituições.

Este tem sido, ao longo do meu mandato nesta Casa, o mote dos meus discursos, sempre buscando preservar o cumprimento da lei, o império da lei, o império da Constituição.

Não posso, não fiz nem farei nunca coro àqueles que querem entender que as soluções devem passar ultrapassando a Lei, todos os excessos – eu aqui desta tribuna, condenei, inclusive, aquilo que acho mais representativo no atual momento: a flexibilização de uma cláusula pétrea da Constituição Federal, quando se relativizou a presunção da inocência.

Isso dito, penso que essa defesa tem de valer para todos os níveis, inclusive tenho cobrado para este Parlamento. Hoje o meu discurso foi nesse sentido! No entanto, quando se fala em elite, gostaria de saber que tipo de elite é. Se você defende

um posicionamento contra aquilo que o PT acredita, é chamado de elite. Eu não sou elite! Eu sou catingueiro, tenho uma situação modesta e não sou elite!

Nesse processo de impeachment, por exemplo, a OAB é elite? Não sei! Então, é um processo que não quero aqui... não acho que é o momento de nós... e não entrarei no mérito desse processo. Então, é preciso que as discussões sejam mais equilibradas, e aí não estou me referindo a V.Ex^a, ao orador. Dizer simplesmente que a elite quer derrubar o poder, não me parece que é querer um debate com a verdadeira profundidade que deve ter. Entendo que a Ordem dos Advogados do Brasil, uma das instituições mais sérias e mais presentes na vida política do País, em toda a sua história de quase 100 anos de existência, não pode ser considerada uma elite que quer dar um golpe no poder.

Reafirmo que, conclamado por V.Ex^a para dizer, o mais importante, em nome da Oposição, foi aquilo que essa Oposição sempre defendeu e sempre defenderá: jamais fará coro às ilegalidades, às arbitrariedades em nome do estado de direito.

Muito obrigado pela oportunidade.

O Sr. JOSEILDO RAMOS:- Sr. Presidente, peço um minutinho, para poder argumentar acerca dos apartes que foram concedidos.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Viana):- É sempre bom ouvir V.Ex^a.

O Sr. JOSEILDO RAMOS:- Em primeiro lugar, deputado Luciano Ribeiro, fico feliz com o seu posicionamento e não esperava que fosse de maneira diferente.

Quando se fala em elite, quando se conduz quem sustenta os meios de produção deste País, se diz qual a materialização histórica de quem detém esse condão, mas não se fala, diretamente, nos seus agentes: quem representa no Parlamento, quem vota de modo conservador nesse processo. E aí eu não estou dirigindo, eu estou falando em tese, e isso justifica.

Esse recado, deputado Hildécio Meireles, que V.Ex^a pede que seja dado, não é só para quem governa, não. No meu pronunciamento eu trouxe fatos que envolvem todos os partidos da nossa República, porque todos foram alcançados e contaminados por esse sistema político-eleitoral, que nada mais é do que uma mesa de negócios para garantir um processo eleitoral totalmente anacrônico, totalmente incompatível com o que espera a sociedade brasileira.

Nós haveremos de continuar o debate. Deputado Luciano Ribeiro, V.Ex^a vai ainda verificar que deveremos ter tempo para fazer esse tipo de debate. Esse é o debate profundo, de importância e que nos interessa neste momento, sob pena de passarmos, aqui, silentes, sem lembrar de que, se não tivermos, aqui, buscando fazer aquilo que nos compete o estado democrático de direito em nosso País e buscando consolidar a nossa jovem democracia, para mim, isso é um pecado. A história, sem sombra de dúvidas, poderá nos cobrar a omissão.

Obrigado pela tolerância, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador nem pelos aparteantes.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Viana):- Horário das Lideranças Partidárias.

O Sr. Alan Sanches:- Questão de ordem, Sr. Presidente, deputado Adolfo Viana.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Viana):- Questão de ordem, deputado Alan Sanches.

O Sr. Alan Sanches:- Estou vendo a sessão já vazia...

O Sr. Joseildo Ramos:- Só tem 25 minutos que pediram verificação de quórum, deputado.

O Sr. Alan Sanches:- V.Ex^a, deputado Joseildo Ramos, está ansioso. Eu estava olhando no relógio a hora que foi restabelecido o quórum e foi exatamente às 15h50min. Se foi diferente, V.Ex^a pode procurar saber.

Então, a minha questão de ordem, às 16h20min, é no sentido de pedir a verificação de quórum, tendo em vista que já passou 30 minutos.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Viana):- V.Ex^a será atendido.

O Sr. Alan Sanches:- No decorrer disso, deputado, vamos ficar tranquilos, porque teremos a noite inteira. Deputados, fiquem tranquilos! Basta que a bancada de V.Ex^a esteja presente para debatermos esse absurdo, essa tragédia que o governo do Estado faz de querer, mais uma vez, R\$ 2,5 bilhões.

Hoje, tivemos uma manifestação na porta da Secretaria da Educação por falta de pagamento aos professores das escolas dos autistas. Que maldade! Que maldade é essa que o governo do Estado, que o governo do PT faz!

Eu estava, deputado Adolfo Viana, ouvindo atentamente o discurso. Acredito que esta é a Casa do debate, é a Casa que estabelecemos o contraditório, mas o Brasil todo viu e ouviu o que estava acontecendo! Quando se fala em Lava Jato, agora o Partido dos Trabalhadores é contra!

Eu era estudante de medicina, fui estudar na casa de um amigo – gosto de contar sempre essa história – e a gente desceu... eu estava no 2º ano de medicina e estava estudando com mais dois colegas na casa de um colega nosso. Nós deixamos os nossos apontamentos ali e fomos lá embaixo para dar uma relaxada, para dar uma descansada. Quando voltamos, os apontamentos que tínhamos feito estavam lascados. Tinha um gato na casa e esse gato lascou todos os nossos apontamentos. O meu colega, o dono da casa, chateado: “Poxa, meu pai, olhe para isso!” E ele disse o seguinte: “Errados são vocês que, sabendo que tem um gato na casa, não deixaram os apontamentos guardados, e ele veio e fez isso.”

Da mesma forma, o problema não é da escuta! O problema é do gatuno! Se o gatuno meteu a mão, ele tem de responder! Não interessa de que forma foi descoberto! É o absurdo dos absurdos uma presidente da República se prestar ao papel de defender alguém que está respondendo! Deixa responder!

Neste momento, ela quer... tinha o mandato passado todo, tinha o ano passado inteiro, mas só agora, na iminência de ser pego, porque sabe, através das informações que chegaram a ele, que pode ser preso a qualquer momento por causa das bobagens. Não adianta a esposa dele mandar colocar a panela onde quer que queiram, porque

não será dessa forma!

O Sr. Joseildo Ramos:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. Alan Sanches:- Agora, quem fez bobagem, quem agiu de forma equivocada tem de responder! Não tem como o Partido dos Trabalhadores, que outrora... Estava aqui ouvindo os vídeos – agora vão buscar o passado – em que José Dirceu, José Genoino queriam fazer o impeachment contra Fernando Henrique Cardoso! Naquele momento, não era golpe! Agora, quando eu vejo faltar argumentos, faltar provas que estão largadas aí, deputado Joseildo Ramos, aos montes... Deputado Joseildo Ramos, tenha a certeza de que o que está vazando é o mínimo.

O juiz Sérgio Moro tem feito um trabalho exemplar. Tanto é assim que, depois de tantas condenações que já deu, em momento algum, houve uma linha sequer do Supremo Tribunal Federal questionando a conduta dele, porque está correto! Se há uma pessoa, hoje, que ninguém pode levantar um falso, é o juiz Sérgio Moro. Em momento algum ele procurou mídia. As pessoas não veem o juiz Sérgio Moro dando entrevistas, mas, a partir do momento que se pega tanto desvio... gente, eu nunca vi isso na vida! É dinheiro demais! Um diretorzinho qualquer com milhões, milhões e milhões sendo repatriados! E as pessoas quererem achar que, quando nós questionamos, é por que somos da elite. Quem questiona agora é elite?!

Quando eu vejo a manifestação passada de apoio a esse governo, que está emaranhado na corrupção, repleta de pessoas sendo pagas para estarem lá e sem saber nem os motivos de estarem lá, gente! Isso é querer tapar o sol com a peneira! Eu acho que a democracia é isso. Eu respeito a democracia, mas não podemos olhar a mentira, nós temos de olhar a verdade.

Senhor Presidente, eu gostaria de dizer que, em nenhum momento, citei ofensivamente o meu colega, deputado Joseildo Ramos, por quem tenho um apreço enorme. Eu apenas o citei, porque estava relatando o discurso de 25 minutos. Em momento algum eu o citei ofensivamente, porque tenho um apreço inestimável a V.Ex^a. V.Ex^a sabe disso!

O Sr. Joseildo Ramos:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Questão de ordem, deputado Joseildo Ramos.

O Sr. Joseildo Ramos:- Sr. Presidente...

O Sr. Alan Sanches:- Primeiro a verificação de quórum, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Como?

O Sr. Alan Sanches:- A verificação de quórum. Não está marcando o tempo.

O Sr. Joseildo Ramos:- Estarei formulando sobre esta questão.

O Sr. Alan Sanches:- Mas eu quero que V.Ex^a marque o tempo.

O Sr. Joseildo Ramos:- Sr. Presidente, gostaria que V.Ex^a contasse o tempo e conclamasse a presença dos Sr. Deputados.

Continuarei usando a palavra pelo tempo que me resta.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Zerem o painel, por favor.

O Sr. Joseildo Ramos:- Gostaríamos de solicitar a presença dos nossos colegas deputados, porque há um pedido de verificação de quórum para continuidade da presente sessão.

Deputado Alan Sanches, em sua fala V.Ex^a, mais uma vez, reforça tudo aquilo que eu estava falando. Em nenhum momento me viu defendendo qualquer... Várias vezes falei que não estava na defesa de qualquer um que tenha cometido ilícito. Estava solicitando que todos aqui levantassem a voz para que não se permitisse infringir os mandamentos constitucionais deste País. Então, o meu pronunciamento foi em defesa do Estado Democrático de Direito, e não em defesa de qualquer um que tenha cometido ilícito, que pra mim tem de estar nas barras da lei tendo o devido processo legal.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Srs. Deputados, existe um pedido de verificação de quórum para continuidade da presente sessão, solicitado pelo deputado...

A questão de ordem caiu porque o deputado Alan Sanches se ausentou.

Continua a sessão normal.

Voltem o painel, por favor.

Concedo a palavra ao nobre Líder do governo.

O Sr. Marcelino Galo:- Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- O deputado Alan Sanches estava aqui na porta, e vou considerar sua presença no Plenário.

Voltem o painel, por favor.

O Sr. Alan Sanches:- Estava em 13 minutos.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Pensei que V.Ex^a tivesse saído do Plenário. Se por acaso tivesse saído, cairia a questão de ordem.

Voltem ao tempo normal, por favor!

O Sr. Zé Raimundo:- Já vi a frequência, e está uma confusão aí na Mesa.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Calma!

O Sr. Zé Raimundo:- Então zere o tempo.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Vai zerar!

Imaginei que o deputado Alan Sanches, que solicitou a verificação de quórum, tivesse saído do Plenário.

O Sr. Alan Sanches:- Sr. Presidente!

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Deputado Alan Sanches, calma!

O Sr. Alan Sanches:- Eu só queria esclarecer. Estou calmo!

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Não vamos procurar confusão por causa de um minuto!

O Sr. Alan Sanches:- Não. São 2 minutos. Isso faz diferença. Já tem 14. Era para estar em 12 agora!

O Sr. Luciano Ribeiro:- Sr. Presidente!

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Deputado Luciano Ribeiro!

O Sr. Alan Sanches:- Deputado Adolfo Menezes!

O Sr. Luciano Ribeiro:- Deputado Adolfo Menezes, com 2 minutos a gente derruba a sessão.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Um minuto!

Deputado Alan Sanches, veja bem, se fosse ser radical quando V.Ex^a passou daquela porta, eu poderia não considerar...

O Sr. Alan Sanches:- Não! Eu não passei, não! É que V.Ex^a perdeu o ângulo. Eu estava na porta. V.Ex^a perdeu o ângulo.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Que rigidez, meu amigo deputado Alan Sanches! Um minuto!

O Sr. Alan Sanches:- Só quero os 2 minutos de volta.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Está bem!

Marquem!

Se a Bancada do governo não estiver em 21 minutos...

Marquem os 13 minutos, por favor!

O Sr. Alan Sanches:- Muito obrigado!

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Srs. Deputados, existe um pedido de verificação de quórum para continuidade da presente sessão.

Srs. Deputados que se encontram em seus gabinetes ou em outras dependências da Casa, existe uma solicitação de verificação de quórum para continuidade da sessão.

(Verificação de quórum.)

O Sr. Alan Sanches:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Questão de ordem do deputado Alan Sanches.

O Sr. Alan Sanches:- Vou utilizar o tempo porque ainda não utilizei. Não esperava outra atitude de V.Ex^a, que toda vez que tem ocupado esta cadeira o tem feito com maestria e imparcialidade.

Tenho certeza de que esta noite promete grandes embates. Quero dizer-lhe que embate é no que nós acreditamos, na ideologia, não no pessoal. Só a partir do momento em que V.Ex^a também entre no pessoal. Mas, deputado Adolfo, como presidente vem sempre fazendo essa condução de forma imparcial. Então, gostaria que no dia de hoje continuasse trilhando esse caminho da imparcialidade.

Voltarei aqui a esclarecer os fatos. Quando o deputado que me antecedeu começou o seu discurso de 25 minutos, eu disse: “Estou em outro mundo.” Porque não há hoje no Brasil, fora o Partido dos Trabalhadores, quem não esteja a favor da Lava-Jato. Só com a Lava-Jato nós conseguimos descobrir as grandes mazelas que estavam acometendo o nosso País.

Nunca votei em Lula, mas consigo entender e aceito que foi responsável por

grandes transformações sociais naquele momento. Quem quer que fosse seria, mas ele estava ali e o fez. Foi até chamado pelo presidente dos Estados Unidos, a maior potência mundial, Barack Obama, de o cara. Foi para dizer: “Esse cara realmente mudou a forma de fazer política.” E agora o ex-presidente Lula mancha completamente a sua biografia.

Não adianta um ex-presidente chegar e falar: “A gente vai cair de pau!” Como é que um ex-presidente que dizia ser um grande agregador diz que vai cair de pau nas pessoas que estão querendo justiça contra a grande roubalheira que foi feita em nosso Brasil, na nossa Nação?! É isso que as pessoas querem defender?! Uma pessoa que tem esse tipo de postura?! Não tem como!

É claro que mais uma vez aceito ir para o debate, mas não tem como defender um tipo de atitude desses! O Brasil está envergonhado no cenário internacional com tamanha roubalheira! E as pessoas vão querer dizer que isso é golpe! Golpe de quê? Fico me perguntando como é que elas ficam dizendo que é golpe! Estava conversando com os colegas, e eles disseram o seguinte: “Quando faltam argumentos, a pessoa tem que dizer alguma coisa, como ‘é golpe!’” Mas no passado isso não era golpe!

Lembro de um petista fundador, o senador Walter Pinheiro, que muitas vezes se desprende de algumas coisas que estavam aí. E diriam “Esse não é petista, esse não merece que a gente coloque nem para ser o nosso candidato do grupo”, porque naqueles momentos ele foi coerente, estava sendo coerente com o que acreditou, pois, quando o Partido dos Trabalhadores foi fundado há mais de 30 anos, veio com a bandeira da ética.

Porém no momento em que nós vemos estes... Pensei quando era menino: “Esse José Dirceu é bom, um cara simpático!” Ele falava bem. Só que agora, depois, vemos onde está José Dirceu: atrás das grades duas vezes! E, se tiver mais coisa, ele estará metido de novo

A gente vai dizer que isso é golpe? Por duas vezes, o tesoureiro do Partido dos Trabalhadores está atrás das grades. E a gente vai dizer que isso é golpe?!

O Sr. Joseildo Ramos:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. Alan Sanches:- Isso não pode ser golpe! Isso só pode ser justiça.

Agora, quando faltam os argumentos, aí, sim, as pessoas têm que dizer alguma coisa. E o político ou o defensor, quando não tem o que dizer, usará microfone para falar que é golpe ou “não ao golpe.”

Quanto a isso, eu queria deixar bem claro. Acho que não existe golpe, Sr. Presidente, mas existe justiça que será feita. Agora, eu defendo o que eu acredito. Eu defendo o que o povo está acreditando. Eu não quero, absolutamente, ofender ninguém.

Mas quanto a concordar com a voz do povo, isso eu concordo, Sr. Presidente.

O Sr. Joseildo Ramos:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Questão de ordem do deputado Joseildo.

O Sr. Joseildo Ramos:- Sr. Presidente, eu gostaria de dizer aos Srs. Deputados que nós estamos com até 5 minutos para restabelecemos o quórum para a continuidade da presente sessão.

Deputado Alan, eu o ouvi atentamente. Eu lhe asseguro que é com tranquilidade que promovemos este debate e o mesmo é salutar pelo respeito mútuo que nós temos, melhor, a maioria da Casa.

No entanto, há uma confusão neste processo. Se V.Ex^a prestar atenção, em nenhum momento da minha fala, eu defendi qualquer um que tenha cometido ato ilícito. Mas se o senhor prestou bem a atenção em meu discurso, o que eu estava preocupado – e acho que V.Ex^a também está – com o devido processo legal em que há a presunção da inocência.

Por exemplo, V.Ex^a pode ser grampeado por qualquer juiz em uma conversa privada onde V.Ex^a, com seu amigo ou sua amiga, poderá estar tratando de assuntos que poderão causar constrangimentos pessoais e familiares. E devassar a privacidade do ser humano é uma afronta à dignidade. Isso está em cláusula pétrea da Constituição.

Eu estava a defender o Estado Democrático de Direito.

Então, há uma confusão.

A sua fala vai em direção à indignação com o que está ocorrendo com o País. Quanto a isso, V.Ex^a tem a minha concordância.

Entretanto, do ponto de vista da defesa do Estado Democrático de Direito, acho que V.Ex^a está cometendo uma pequena confusão.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Já existe quórum para a continuidade da presente sessão.

Concedo a palavra ao nobre líder do governo ou do Bloco Parlamentar PT/PSL/PSB para falar ou indicar orador pelo tempo de 11 minutos.

O Sr. Marcelino Galo:- Falará, por todo o tempo, a deputada Fabíola Mansur.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Por todo o tempo a deputada Fabíola Mansur.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Concedo a palavra ao nobre Líder do governo ou do Bloco Parlamentar PP/PSL/PSB para falar ou indicar orador pelo tempo de 11 minutos.

O Sr. Marcelino Galo:- Falará, por todo o tempo, a deputada Fabíola Mansur.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Por todo o tempo a deputada Fabíola Mansur.

A Sr^a FABÍOLA MANSUR:- Obrigada, Sr. Presidente.

Nós, que estamos nesta Casa, temos a obrigação de defender a democracia e o Estado Democrático de Direito. Também, devemos lembrar de defender justiça para todos e justiça não seletiva. Que sejam apurados todos os malfeitos! E façamos juntos o combate à corrupção mas de forma a respeitar os direitos e a Constituição Federal do nosso País.

Creio que, neste sentido, a luta pela democracia, a luta contra a impunidade e a luta contra a corrupção não são uma luta deste ou daquele partido mas de todos os brasileiros. E, dentre os partidos, o nosso PSB se incorpora mas dentro do Estado Democrático de Direito, deputada Maria del Carmen.

Estas são as questões: defender os direitos de todos os cidadãos dentro da Constituição Federal; defender a justiça autônoma, porém, não seletiva. Acho que este é o grande debate que nós devemos fazer.

E por falar em direitos, o que me traz a esta tribuna hoje, 21 de março, é o Dia Internacional da Luta contra a Discriminação Racial. Hoje é o dia para envidarmos todos os esforços para permanecermos na luta pela igualdade racial, combatendo todas as desigualdades raciais que ocorrem.

Deputado Marcelino Galo, V.Ex^a preside com tanta propriedade a Comissão de Direitos Humanos. São várias as desigualdades raciais como nas áreas de saúde, educação, oportunidades para a juventude. São vários os preconceitos, sejam aqueles mais claros, sejam aqueles subliminares, pois ambos estão presentes na sociedade.

É com este espírito que nós, em fevereiro, fizemos esforços para o resgate e a promoção da igualdade, a fim de que a Bahia possa resgatar a sua história de construção e emancipação do povo negro. Deputado Gika, há vários heróis conhecidos que atuaram na Revolta dos Búzios ou Conjuração Baiana ou a nossa inconfidência.

Há os heróis que, em 1798, lutaram como João, Manoel, Lucas e Luís. São heróis baianos e negros que, àquela época, conclamavam os ideais de igualdade e fraternidade. E, em 8 de novembro de 1799, eles foram mortos e esartejados.

Na verdade, igualdade, fraternidade e legalidade são ideais que devem pautar toda a vida de deputados.

Àquela época, ainda era a monarquia. Eles foram considerados os primeiros deputados baianos que conclamavam a junção dos cidadãos baianos em busca do ideário para combater, também, toda a forma de discriminação em busca da igualdade. Por isso, a história da igualdade no Brasil perpassa por estes quatro nomes: João, Manoel, Lucas e Luís. E esses nomes estão inscritos no Livro de Heróis da Pátria, deputado Fábio Souto.

Entretanto, aqui na Bahia, a despeito de o governador Rui Costa, através da Secretaria de Promoção da Igualdade Racial, ter colocado na Praça da Igualdade uma bandeira e um busto, cabe, também, a esta Assembleia Legislativa conceder um memorial para este fim.

Bem, este não só é o resgate da história de 200 anos dos heróis baianos, como também, é o resgate da autoestima de heróis negros que defenderam toda a Bahia – por que não dizer? – e defenderam os ideais de independência do nosso País para nos livrar não só da monarquia como também da escravidão.

Deputada Maria del Carmen, V.Ex^a preside tão bem esta Casa neste momento, nos honra com a sua presença na Comissão Direitos da Mulher e sabe disso, pois, também, tem uma história na defesa da igualdade.

Então propusemos um memorial de resgate desta história englobando a cultura e a importância dos nossos heróis, deputada Ivana. Também, traria da Fundação Pedro Calmon, possuidora de arquivo público, as cartas republicanas destes quatro heróis: João, Manoel, Lucas e Luís. Dois deles são de Salvador; um é de Santo Amaro e outro é de Cachoeira. Eles constam na história e teria o devido reconhecimento desta Casa.

Também, sugerimos a esta Casa, através de projeto de resolução, criar a Comenda da Liberdade e Revolta dos Búzios.

Hoje, temos três comendas: o Título de Cidadão Baiano, a Comenda Dois de Julho e a Comenda de Cidadão Benemérito da Liberdade e da Justiça Social João Mangabeira. Esta última tem, em descrição de sua resolução, “pessoas de notório saber nos ambientes político e administrativo.”

Muitas vezes, temos pessoas de notório saber ou pessoas que lutam por liberdade, por igualdade e por fraternidade, lutam pelo combate ao racismo. E, para essas pessoas, não se encontra uma comenda com essas características para honrar todo o trabalho realizado por lideranças, sejam comunitárias ou sejam dos diversos segmentos, para receberem uma comenda.

Estamos propondo, deputado Joseildo, a criação de uma Comenda da Liberdade que se chama Revolta dos Búzios. Esta comenda tem dois objetivos, quais sejam, o primeiro é resgatar aqueles verdadeiros heróis baianos dos primórdios tempos; o segundo objetivo é estimular, com a história desses quatro heróis, negros, os únicos que foram mortos, esquartejados e expostos em praça pública no centro da cidade. Estimular a militância e as lideranças sejam do movimento negro, do movimento de mulheres, do movimento de luta pela moradia, do movimento LGBT, enfim, dos movimentos que têm notório saber, obviamente, passando pelos rigores da CCJ, deputado Joseildo, sendo submetido esses nomes sugeridos para comenda ao devido rigor do Regimento desta Casa, possam ter esse reconhecimento.

Também propusemos um feriado que eu e o deputado Bira Corôa, e quero convidar neste ato o deputado Marcelinho Galo, o dia 08 de novembro como feriado estadual, porque foi exatamente o dia da morte dos quatro heróis e é uma data de resistência, uma data importante para o movimento. E vamos debater a importância de ter, sim. Se Minas pode ter 21 de abril o Dia da Inconfidência, de morte de Tiradentes, um herói mineiro sendo um herói nacional, nós devemos, sim, reconhecer Bahia, terra-mãe do Brasil, esses primeiros heróis que em 1798 estavam lá em luta pela igualdade. Luta essa que deve ser pauta constante desta Casa, luta pela igualdade, luta pela liberdade, luta por fraternidade.

E essa luta que vem dos primórdios da Revolução Francesa não deixa de ser extremamente atual, porque quando estamos debatendo democracia temos também que debater democracia com esses valores de igualdade, de liberdade, de fraternidade.

Então, quero contar com o apoio desta Casa, estivemos com o movimento negro João Jorge, do Olodum; Ailton, representando a secretária Vera Lúcia; coletivo de mulheres aqui representados; Marinho, representando a Fundação Pedro Calmon, com o presidente desta Casa Marcelo Nilo para exatamente debater esses três projetos, mas, sobretudo, a vinda de um memorial para esta Casa, um memorial de

exaltação aos heróis baianos e também a comenda liberdade.

Quero aproveitar este tempo que me resta para convidar todos aqui presentes para o ciclo de debates da MP 707. É uma MP que propõe a renegociação da dívida dos produtores rurais do Nordeste, porque sabemos que a persistência da seca impede que sobretudo os pequenos produtores consigam honrar as suas dívidas no crédito rural e não podem ter os seus nomes inscritos em dívida ativa sob pena de encerrar as suas atividades.

Sabemos que esse ciclo de debates, essa comissão é presidida pelo senador Fernando Bezerra e por uma iniciativa do deputado Caetano, da senadora Lídice da Mata, a Bahia terá o local dessa audiência em Irecê, porque já foi realizada em Arapiraca, Alagoas, e Petrolina, Pernambuco. A região de Irecê é onde tem o maior número de produtores rurais endividados. É preciso estarmos debatendo isso com a região.

E, aí, quero saudar o ex-superintendente da Codevasf, Elmo Vaz, Everaldo, que são as pessoas que lá na microrregião de Irecê também fizeram esse estímulo para que a audiência pública na Bahia fosse em Irecê. Então, no dia 28, debateremos na região a MP 707, com a presença da senadora Lídice da Mata, do senador Fernando Bezerra, de Elmo e de tantos outros que militam naquela...

Então, temos que debater para defender os produtores rurais que estão endividados e possam ter as suas dívidas renegociadas e ter a atividade mantida, porque isso é defender os interesses da Bahia e do Nordeste.

Obrigada, Sr^a Presidenta.

(Não foi revisto pela oradora.)

A Sr^a PRESIDENTA (Maria del Carmen):- Com a palavra o Líder da Minoria ou do PMDB para falar ou indicar o orador pelo tempo de 11 minutos.

O Sr. Fábio Souto:- Falará por 5 minutos o deputado Alan Sanches e, em seguida, por 6 minutos, falará o deputado Pedro Tavares.

A Sr^a PRESIDENTA (Maria del Carmen):- Com a palavra, pelo tempo de 5 minutos, o deputado Alan Sanches.

O Sr. ALAN SANCHES:- Muito obrigado, deputada Maria del Carmen, que preside esta sessão. A bem da verdade, deputados e deputadas, eu estava aqui, logo que cheguei, para responder ao deputado Rogério Andrade, que falou tudo o que quis hoje na rádio, lá em Santo Antônio de Jesus, a meu respeito, porque ficou tonto com a movimentação política da cidade quando o prefeito ACM Neto declarou oficialmente o apoio, inclusive com a filiação de Humberto Leite. Humberto Leite, prefeito da cidade, já o foi em outra ocasião, retornou agora, recebeu o apoio do grupo que o deputado Rogério Andrade traiu – quem fala isso não sou eu, mas todos os sites falaram sobre a escolha que ele fez, depois de dez anos no grupo do Dr. Euvaldo Rosa. Na primeira vez ele teve nesse grupo 28 mil votos, depois cinquenta e poucos, depois 61 e, agora, noventa e tantos mil votos com o grupo do Beija-flor. E mais uma vez ele trai um outro grupo e volta para o outro grupo, e isso acho que deixou o

deputado Rogério Andrade tonto. Tonto com a movimentação política da região, e passou gratuitamente, em uma rádio em Santo Antônio de Jesus, a ofender-me de todos os jeitos dizendo que eu não tinha voto, que ninguém me conhecia, e por duas vezes nós tivemos, graças a Deus, quatro mil votos lá. Ele até abaixa, porque ele é mentiroso e diminui a quantidade de votos que tivemos.

As pessoas conhecem: quando um deputado trai um grupo, trai o outro grupo, ele agora quer trair o povo. Mas ele não conseguirá trair o povo, porque diferente do que ele diz que o povo não me conhece, o povo conhece muito bem ele, que já votou nele quatro vezes. Eu digo aqui, infelizmente na ausência dele, porque liguei para ele e disse que falaria aqui, responderia o que ele falou de mim na rádio. Eu disse que eu responderia aqui, eu não correria disso, não. Agora, infelizmente, como ele é um deputado, conforme fui levantar agora, que não fez um discurso sequer ano passado aqui... Líder de um partido e sequer fez um discurso nesta Casa! Porque, diferente dos deputados que estão sempre presentes aqui, o deputado Rogério Andrade é um faltoso! Isso quem disse foi o deputado Gaban, que solicitou, inclusive juridicamente, o mandato do deputado Rogério Andrade que ficava se ausentando o tempo todo de todas as sessões. Falando isso o faço com muito tranquilidade para que ele agora responda ao povo de Santo Antônio de Jesus.

Quando eu entrei aqui em 2011, minha primeira vez, eu disse que jamais iria para o debate pessoal, eu faria sempre o debate das ideias que norteiam a minha vida. Mas também disse que se algum dia quem quer que fosse ofendesse a minha moral, a minha honra, a minha família, eu realmente iria responder. Quando eu digo que as pessoas o conhecem, todas conhecem quem é o deputado Rogério Andrade lá no Recôncavo. |Conhecem, inclusive, a história pessoal do deputado Rogério Andrade, o que ele fez com um amigo lá em Amargosa. Que ele chegasse, já que ele gosta tanto de falar de mim, na rádio e explicasse o que ele fez com o amigo, com quem inclusive ele viajava. Ele deveria ter a hombridade para que as pessoas conhecessem quem é esse deputado! Quando ele diz que as pessoas conhecem quem é o deputado Alan Sanches, as pessoas vão conhecer quem é o deputado Rogério Andrade, que mais uma vez não está na sessão. Fica querendo montar em trator, tirando foto com o braço para cima e mais uma vez, como podemos ver, não está aqui na sessão. Por quê? Porque não tem argumento. Ele fala na rádio sobre a minha pessoa, ofende a minha dignidade, mas depois não está aqui, porque realmente é um deputado que não tem a menor moral para se dirigir a ninguém em Santo Antônio de Jesus, porque é tido como “pongador”, “pula-pula” e traidor.

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr^a PRESIDENTA (Maria del Carmen):- Com a palavra o deputado Hildécio Meireles pelo tempo de 6 minutos.

O Sr. HILDÉCIO MEIRELES:- Sr^a Presidente, nobre deputada Maria del Carmen, pela segunda vez venho a esta tribuna com V.Ex^a presidindo esta Mesa; Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, Sr^{as} e Srs. Funcionários, senhoras e senhores aqui presentes, ouvi há pouco, meu caro deputado Fábio Souto, as palavras do Líder do

governo, deputado Zé Neto, parlamentar filiado ao Partido dos Trabalhadores – partido tido como progressista, considerado de Esquerda –, que disse: “Precisamos redimensionar o tamanho do Estado.”

Como os tempos mudaram! É verdade, V.Ex^a tem razão quando fala isso, mas esse não era o seu discurso no passado. Essa é a realidade. Mas ficamos satisfeitos quando o próprio Partido dos Trabalhadores, partido dito de Esquerda, abre o debate para redimensionar o tamanho do Estado. A propósito disso, nesse mesmo pronunciamento o deputado Zé Neto justificava a necessidade de o Poder Executivo, de o Estado tomar esses financiamentos externos. E falava das dificuldades financeiras que o Estado da Bahia vem passando.

Se nós fizermos uma comparação, uma relação das contas do governo do Estado, sobretudo, meu caro deputado Herzem Gusmão, das contas de 2014 – e já podemos fazer também uma análise das contas de 2015, apesar de não termos aqui todas as informações que seriam necessárias para, de fato, exercermos o nosso papel de fiscalizadores dos atos do Poder Executivo –, detectamos que as contas do governo do Estado apresentaram despesas de exercícios anteriores no montante de R\$ 1,6 bilhão. Esse foi o valor a que se chegou ao final de 2015, quando o governo apresentou na sua conta o pagamento de despesas de exercícios anteriores, repito, num montante de R\$ 1,6 bilhão!

Pois bem, estamos no mês de março, ainda não encerramos o mês de março, e este ano essa conta já está no valor de R\$ 1 bilhão e 57 milhões. Ora, é até estranho que isso ocorra em um ano intermediário de governo. Quando isso acontece no último ano, mesmo que decorrente de descontrole – porque, de fato, é o descontrole financeiro e orçamentário que leva a se apresentar um valor elevado de despesas de exercícios anteriores –, ainda se concebe. Mas é totalmente inconcebível, meu caro deputado Luciano, no segundo ano de mandato o governo apresentar um tamanho desse de despesas de exercícios anteriores.

E o secretário da Fazenda, quando vem apresentar aqui os demonstrativos financeiros e orçamentários do governo, mostra, com muita habilidade, com muita gentileza até, um quadro, vamos dizer assim, temeroso, mas de absoluto controle. E não me parece que isso seja verdade, porque, se fosse verdade, minha cara presidente, o governo não estaria reincidindo em um atestado de falta de controle financeiro e orçamentário em suas contas. Não justifica!

E aí trazemos a seguinte discussão: será que essas autorizações que temos dado aqui de forma repetida, de fato, são necessárias? Será que se o governo tivesse um maior cuidado com as suas contas, com o gasto público, ainda assim seria necessário se tomar esses financiamentos?

Ainda no final do governo Jaques Wagner foi feita uma reforma administrativa com o intuito de se economizar. Extinguiram órgãos de fundamental importância para a sobrevivência do serviço público no Estado da Bahia, como foi o caso do Derba, da EBDA, da Bahiatursa, e cadê a economia que foi feita? Será que o governo vai ficar continuamente gastando de forma errada, descontrolada; o governo já ultrapassa o limite prudencial com gasto de pessoal.

Portanto, é preciso, deputado Pedro Tavares, deputado Marcelino Galo, virmos a esta tribuna cobrar esses controles, cobrar a possibilidade de nós deputados fazermos essa função, que é o nosso principal papel, de fiscalizar as contas do governo do Estado. Na verdade, não é somente com a intenção de criticar, mas também, sobretudo, de contribuir, de dar a nossa parcela de contribuição chamando a atenção daqueles que executam o Orçamento do governo estadual, daqueles que cuidam das finanças do Estado da Bahia.

Quero chamar a atenção dos deputados desta Assembleia de que isso é necessário. E reitero aqui ao presidente desta Casa que tome as providências para que tenhamos acesso ao Sistema Mirante. Esse sistema já foi disponibilizado pelo Tribunal de Contas do Estado e basta somente o presidente tomar as providências para que tenhamos acesso, e assim possamos exercer o nosso papel de fiscalizadores dos atos do Poder Executivo.

Muito obrigado, Srª Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

A Srª PRESIDENTA (Maria del Carmen):- Com a palavra o nobre Líder do governo e da Maioria ou o do Bloco Parlamentar PDT/PCdoB/PR para falar ou indicar o orador pelo tempo de 11 minutos.

O Sr. Marcelino Galo:- Sr. Presidente, falará por todo o tempo o deputado Zé Raimundo.

A Srª PRESIDENTA (Maria del Carmen):- Com a palavra o deputado Zé Raimundo pelo tempo de 11 minutos.

O Sr. ZÉ RAIMUNDO:- Srª Presidente, nobre deputada Maria del Carmen, colegas deputadas e deputados presentes, todos que nos assistem pela *TV Assembleia*, volto a esta tribuna nesta tarde para continuar explicitando, à opinião pública e à imprensa, que essa estratégia da Oposição de obstruir os trabalhos é uma tentativa de rotular o governador Rui Costa e a nossa Bancada como instâncias que não estariam considerando os procedimentos democráticos desta Casa quando são apreciados projetos do Executivo.

Gostaria de dizer que, muito pelo contrário, o fato de estarmos votando hoje três projetos que autorizam o nosso governador Rui Costa a celebrar convênios, parcerias e protocolos no sentido de buscar recursos para o nosso Estado, é um procedimento legítimo e transparente. É claro que poderíamos, sim, deixar um tempo maior para discutirmos nas comissões; poderíamos passar aqui 2, 3, 4 meses discutindo a validade ou não e os detalhes de um financiamento que vem do Banco Europeu no valor de US\$ 200 milhões. Idem para um financiamento oriundo da Agência Francesa; e também em relação a um financiamento do Banco de Desenvolvimento da América Latina.

Mas o essencial neste momento é que a Assembleia diga ao governador que ele pode tomar esses empréstimos, porque aqui já há um esboço, já há um desenho, já há um sentido: são recursos para a infraestrutura rodoviária do nosso Estado. Estão lá,

em seguida, os projetos, os encaminhamentos. E é até bom que neste momento...

O Sr. Herzem Gusmão:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. ZÉ RAIMUNDO:- Oportunamente.

É até bom que neste momento os deputados possam trazer memorandos para que venham demandar junto ao governador do Estado, essa ou aquela ação. São recursos para as estradas. Está aqui o objeto. Da mesma forma, o governador solicita também para programas integrados de ações sociais. Ora, eu tive a curiosidade de olhar como é que os governadores de outros Estados fazem isso. E lá em São Paulo, o governador tomou R\$ 6 bilhões no ano passado, e, nós aprovamos. A Bancada de Oposição aprovou. Foi aprovado à unanimidade, R\$ 6 bilhões para a mobilidade urbana, para o Metrô e para projetos que não estão determinados.

Ora, então é óbvio que o tempo urge. Esse é um ano corrido, é um ano lépido, é um ano “chapa quente”, como se diz na gíria, e os governadores precisam desses recursos para alavancar o desenvolvimento de suas cidades. E, no caso do governador Rui Costa, é fundamental para que a cidade de Salvador, inclusive o prefeito de Salvador que é oposição ao nosso governo, tenha também mais recursos para tocar as obras. O governador Rui Costa tem tido o cuidado de tratar Salvador com o maior carinho, com o maior respeito, com uma visão republicana. Por isso não cabe absolutamente essa crítica da Oposição.

Ouçõ o deputado Herzem Gusmão.

O Sr. Herzem Gusmão:- Obrigado, deputado Zé Raimundo.

Nós temos uma responsabilidade com a Bahia, não só a Bancada de Oposição, mas também os deputados de governo. O deputado tem acompanhado, o nosso Parlamento está desacreditado, enfraquecido. E nós precisamos dar um grande exemplo, que não demos no ano passado quando votamos nesta Casa o aumento do Planserv, criação de taxas, aumento de impostos. Retiramos, inclusive, conquistas históricas dos trabalhadores, direitos adquiridos.

Mas, veja bem, colega deputado Zé Raimundo, temos aqui empréstimos de milhões de Euros. Um euro, hoje, acho que está R\$ 4,08. É um empréstimo de R\$ 2,5 bilhões! E, quando o deputado está falando, e o deputado sabe da carência da região Sudoeste... Eu gostaria de saber, desses recursos... V. Ex^a já sabe quanto será aplicado na capital? Na prática, como a nossa querida Vitória da Conquista e a região Sudoeste serão contempladas?

O Sr. ZÉ RAIMUNDO:- Estradas, rodovias...

O Sr. Herzem Gusmão:- Onde?

O Sr. ZÉ RAIMUNDO:- Rodovias... Temos rodovias para manutenção...

O Sr. Herzem Gusmão:- Deputado, eu não concluí o aparte.

O Sr. ZÉ RAIMUNDO:- Eu já concedi...

O Sr. Herzem Gusmão:- Eu não concluí o aparte, eu estou concluindo. O deputado sabe da carência que temos na região de Vitória da Conquista, Caetanos, Mirante, Catiba, Barra do Choça, tantas estradas importantes. Diga, deputado, em

qual estrada da nossa região os recursos serão aplicados.

O Sr. ZÉ RAIMUNDO:- Direi, mas espero que o aparte de V.Ex^a esteja sendo feito dentro de uma lealdade da vida parlamentar, com tranquilidade...

O Sr. Herzem Gusmão:- O deputado é muito sensível. Eu estou perguntando, não estou ofendendo o deputado.

A Sr^a PRESIDENTA (Maria del Carmen):- Deputado Herzem Gusmão, por favor...

O Sr. ZÉ RAIMUNDO:- E que esse aparte não seja utilizado em programa de rádio de Vitória Conquista. Aqui é um ambiente parlamentar, esse é o ambiente do debate. Porque, muitas vezes, uma resposta ou uma palavra solta pode criar um outro campo de significação.

O Sr. Herzem Gusmão:- V.Ex^a está respondendo...

O Sr. ZÉ RAIMUNDO:- Mas eu acredito em V.Ex^a, acredito na lealdade de V.Ex^a,...

A Sr^a PRESIDENTA (Maria del Carmen):- Deputado...

O Sr. ZÉ RAIMUNDO:- (...) de que isso, aqui, é um debate parlamentar e que não será utilizado no programa de V.Ex^a...

O Sr. Herzem Gusmão:- Eu estou aqui...

A Sr^a PRESIDENTA (Maria del Carmen):- Deputado Herzem Gusmão, por favor, há um deputado na tribuna.

O Sr. Zé RAIMUNDO:- Mas, respondendo, permita-me... Desse jeito, não darei mais apartes.

O Sr. Sandro Régis:- V.Ex^a é um democrata...

O Sr. Herzem Gusmão:- Não houve ofensas. Qual foi a ofensa?

A Sr^a PRESIDENTA (Maria del Carmen):- Ele deu o aparte, deputado Herzem, por favor. Senão, vou pedir para cortar...

O Sr. Zé RAIMUNDO:- Doravante, deputado Herzem Gusmão, nas próximas vezes que V.Ex^a solicitar aparte não vou poder conceder, porque V.Ex^a quer fazer um pingue-pongue.

Manda o Regimento que, ouvido o aparte, o deputado o acata ou não. Porque, se quiser, regimentalmente, eu nem registro, mas como a democracia é soberana, eu o acato. Peço que transcrevam o aparte de V.Ex^a.

Mas digo-lhe que V.Ex^a quer fazer uma pegadinha. E não cabe aqui.

Esses projetos são autorizativos. As obras efetivas são para manter as estradas, são convênios, são licitações que serão feitas para a manutenção, inclusive, da estrada que vai de Itambé, passando por Brumado e proximidades de Caculé, até Caetité, cidades maravilhosas do sertão da Bahia. Idem para outras localidades, como, nesse momento, a BA entre Poções e Nova Canaã, que é uma grita dos companheiros.

Por isso, é tranquila a autorização. O detalhamento dos projetos, vamos fazer, porque o conjunto... Isso é uma autorização. Pode ser que o Banco Mundial reduza

esse valor, pode ser que não seja exatamente o que está aqui, nobre deputado Herzem Gusmão.

Portanto, V.Ex^a fique tranquilo. Vou com V.Ex^a, se quiser, à Secretaria de Infraestrutura para discutirmos com o secretário o detalhamento desses programas de recuperação das estradas do Sudoeste da Bahia.

Nobre deputada Maria del Carmen, nesse tema dos empréstimos do nosso governador Rui Costa, gostaria de dizer, também, que todos, senão todos, pelo menos a maioria dos governadores, enviam projetos assim e nós os aprovamos – está aqui, eu pesquisei –, votamos favoravelmente.

Eu sei que a Oposição tem a sua estratégia, tem essa mania de querer rotular. Mas, por favor, tenham pressa para gerar emprego e renda.

Eu não quero dizer que os deputados da Oposição não querem os recursos, que vão atrasar os recursos e serão responsáveis pela continuação do desemprego nos grandes centros urbanos, inclusive Salvador. Eu vou dizer que os deputados da Oposição não querem obras para Salvador, porque está aqui: mobilidade urbana, nobre deputada, urbana integrada em Salvador. Manutenção de estradas, programas sociais, está tudo aqui, na ementa do projeto autorizativo.

Muito obrigado, nobre presidente, por sua tolerância.

Deputado Herzem Gusmão, para concluir, espero, realmente, que esses apartes sejam feitos aqui, no ambiente do nosso Parlamento, e que não sejam utilizados para outros fins.

Muito obrigado, nobre deputado.

(Não foi revisto pelo orador nem pelo aparteante.)

O Sr. Herzem Gusmão:- Questão de ordem.

A Sr^a PRESIDENTA (Maria del Carmen):- Questão de ordem do deputado Herzem Gusmão.

O Sr. Herzem Gusmão:- Muito obrigado, deputada.

Observo que o deputado José Raimundo Fontes, às vezes, tem uma sensibilidade exacerbada quando é cobrado. Eu tratei o colega de maneira respeitosa, o que é apenas o meu dever.

Gostaria de falar para o deputado que a Rádio Clube está em Vitória da Conquista, a 510 quilômetros. Eu tenho legitimidade para falar e representar o meu mandato, o meu Estado da Bahia e a minha região.

Fiz um questionamento, mas quando o PT é questionado... Um governo que abandonou o interior, que tem paralisadas 193 obras de milhões e milhões de reais e ele não pode citar e destacar quando esses recursos serão...

O Sr. Joseildo Ramos:- Questão de ordem...

O Sr. Herzem Gusmão:- Eu tenho tempo, estou no meu tempo...

Então, os recursos, eu gostaria, deputada, porque nós temos uma região carente. Para a senhora ter uma idéia, recentemente S.Ex^a, o governador, esteve em Conquista,

e o deputado José Raimundo Fontes sempre faz essa pregação, e lá o governador exibiu um documento de um empréstimo, de um empenho de recursos na ordem de 45 milhões para conclusão do nosso aeroporto. Logo nós tomamos conhecimento, através do deputado Lúcio Vieira Lima, que apenas 25 milhões foram empenhados em dezembro, fruto de uma articulação do próprio deputado Lúcio Vieira Lima.

Então, quando nós estamos vendo aqui se falar em milhões de empréstimos em dólares, em euros, e uma região tão carente, nós temos lá uma promessa do governo de reativar uma indústria de medicamentos, que seria a Bahiafarma, a indústria está pronta e o governo não consegue instalar a fabricação de um comprimido sequer.

Assim, nós temos o direito de cobrar. Vitória da Conquista é uma cidade de 350 mil habitantes sem água. Várias licitações, nós temos lá uma barragem que foi licitada, já é a segunda vez, a Barragem do Caculé, prometeram duas barragens e também a do Rio Pardo. O nosso aeroporto, nós temos apenas 80 a 85% das obras da pista. E, resultado, eu estou aqui, porque os deputados de Vitória da Conquista não cobram, dizem amém para o governo, dizem que tudo está bom e não está, deputada.

Eu vim para cá para cobrar, em defesa da minha terra e da minha região. Não aceito patrulhamento do prefeito José Raimundo Fontes, ex-prefeito e deputado, colega deputado, quando me dirigi a ele de maneira correta. Não o ofendi e ele precisa deixar essa sensibilidade dele guardada em casa e vir para cá para o debate, o debate das ideias, e acatar, e aceitar com tranquilidade o que estamos colocando e cobrando.

A Sr^a PRESIDENTA (Maria del Carmen):- Deputado Herzem, por favor, formule a questão de ordem.

O Sr. Herzem Gusmão:- Tenho ainda um minuto e meio, deputada, estou no meu tempo.

Portanto, eu tenho todo o direito, e haverei de continuar representando a minha terra, a minha região, cobrando, porque vejo um Parlamento rendido e batido, vejo um Parlamento sendo transformado em uma secretaria de governo, e eu sinto que precisamos dar um basta no que está acontecendo nesta Casa.

O ano passado votamos contra a Bahia, votamos contra o povo baiano, aumentamos impostos, criamos taxas, nós, não, os governistas, perdemos, inclusive, uma oportunidade no combate em relação ao Planserv, que foi aumentado o Planserv, e outros detalhes que ocorreram, sendo que os deputados governistas, votando contra a sociedade, contra a Bahia e contra o povo baiano.

Muito obrigado, Sr^a Presidente.

O Sr. Marcelino Galo:- Sr^a Presidente, quanto a questão de ordem colocada aí não há respeito ao Regimento. O Regimento não permite isso.

A Sr^a PRESIDENTA (Maria del Carmen):- Deputado, V.Ex^a não fez nenhum pedido, nenhuma questão de ordem.

(Vários deputados falam no Plenário.)

A Sr^a PRESIDENTA (Maria del Carmen):- Concedo a palavra ao Líder da Minoria ou ao Líder do PMDB para falar ou indicar orador pelo tempo de 11 minutos.

O Sr. Fábio Souto:- Presidenta Maria del Carmen, para falar pelo tempo do PMDB, por 5 minutos, o deputado Luciano Ribeiro e por 6 minutos o deputado Pedro Tavares.

A Srª PRESIDENTA (Maria del Carmen):- Com a palavra o deputado Luciano Ribeiro pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. LUCIANO RIBEIRO:- Srª Presidente, Srs. Deputados, eu gostaria aqui de restabelecer o debate de forma que ele se atenha ao que, efetivamente, a Oposição aqui pretende com esses projetos.

Ora, tenho visto durante esta tarde, os deputados, aqui, subirem à Tribuna para dizerem – assim foi, por último, o deputado Zé Raimundo – que o projeto a ser aprovado, eles não podem trazer o detalhamento, isso...

Nós não estamos aqui, na Oposição, fazendo esse debate, nesse instante. O debate que a Oposição está aqui para fazer, e nós estamos fazendo, é que a Casa tenha a atitude de permitir que nós possamos analisar esses projetos.

Por isso, os nossos discursos, a nossa obstrução neste dia é no sentido de, mais uma vez, buscar a sensibilidade da Mesa Diretora, na pessoa do Sr. Presidente, e agora, com muita honra, da presidente Maria del Carmen, que preside esta sessão, para que restabeleça o debate aqui, que permita que os projetos que estão para serem votados sejam direcionados às comissões temáticas, ainda que seja uma comissão em conjunto, porque lá é o foro próprio, presidente, para discutirmos o mérito desses projetos.

Aqui, no Plenário, as discussões são políticas. Nós queremos discutir a profundidade do projeto. Nós sabemos que é legítimo a todo governo pedir empréstimo. Mas precisamos conhecê-lo para votar. Nós precisamos analisar profundamente, e as comissões é que são os foros próprios para essas discussões.

Por isso, reafirmamos aqui que o nosso debate, o nosso propósito, a nossa obstrução neste dia é no sentido dessa sensibilização, para que o Parlamento não viva a dizer amém ao Executivo. É inconcebível que os primeiros projetos deste ano, 5, que vamos apreciar nesta noite, sejam todos apreciados em regime de urgência, sem passarem pelas comissões temáticas.

O que deputado Zé Raimundo colocou aqui, de que isso será detalhado depois, não estamos entrando nesse mérito. Nós queremos, deputado, poder discutir nas comissões temáticas. É essa a discussão que queremos, que buscamos. Depois de aprovado, não tem mais porque passar pelas comissões temáticas. Tem que ser agora.

Depois, sabe o que acontece? Nós aprovamos no ano passado R\$ 1 bilhão e 600 milhões da mesma forma atropelada como se pretende agora. E depois nada aqui aconteceu. O dinheiro já deve ter entrado na conta do governo, já deve ter sido gasto pelo governo e não sabemos. Se não foi gasto, se não foi tomado empréstimo, a culpa é do governo de não sabermos. Nós estamos a ignorar o destino daquela autorização. Porque o governo não veio nos dar satisfação se recebeu, quando, quanto, se aplicou, onde, para quê. Nós não sabemos. Então, o que eu posso afirmar, pelo que sei, pela minha ignorância, devido ao governo não nos informar, e não dar a tão falada senha

de acesso às suas contas, é que o dinheiro entrou na conta. O empréstimo foi dado, a autorização foi dada. Existia a urgência, porque se não aprovássemos naquele dia, o governo não tomava o empréstimo.

Ora, se existia a urgência, se o empréstimo foi autorizado, o governo tomou o empréstimo. E para onde foi esse dinheiro, onde foi aplicado?

Então, precisamos, antes de aprovar... e a Oposição não aceita dar carta branca sem conhecer o teor. Precisamos conhecer para onde vai esse dinheiro. E é isso que buscamos.

Reafirmo, Sr^a Presidente – talvez V.Ex^a, como mulher, já que o presidente, que é do sexo masculino, não o fez –, que V.Ex^a determine que esta sessão seja suspensa e que esses projetos sejam encaminhados às comissões temáticas, para lá fazermos uma discussão mais aprofundada.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr^a PRESIDENTA (Maria del Carmen):- Com a palavra o deputado Pedro Tavares, pelo tempo de 6 minutos.

O Sr. PEDRO TAVARES:- Sr^a Presidente, Srs. Deputados, imprensa aqui presente, antes de começar a discorrer sobre esses projetos de lei que se encontram aqui para apreciação na noite de hoje, eu queria, mais uma vez, pedir a atenção do governo do Estado em relação à segurança pública na região de Irecê.

Eu que estive, no último final de semana, visitando a região de Irecê, pude presenciar a sensação de insegurança que acomete a população de toda aquela região.

Chegando lá, na última sexta-feira, os comentários da população era sobre um sequestro que havia ocorrido no distrito da Aguada Nova, em Lapão, levando insegurança à população. Vejam só, já chegamos a ter sequestro na região de Irecê.

Então, queria pedir ao governo do Estado sensibilidade em relação à segurança pública para aquela região.

Recentemente, ocorreu um assalto num restaurante conhecido da cidade. Dois meliantes assaltaram o local, às 18h30min, e quase matam uma cliente. A população de Irecê está, realmente, sem tranquilidade. Então, peço, mais uma vez, sensibilidade ao governo para dar uma atenção especial à segurança pública em Irecê e região.

Queria falar sobre esses projetos que estão aqui para serem apreciados no dia de hoje. É inadmissível, é inexplicável, é um absurdo que esta Casa aprecie no dia de hoje esses projetos sem a devida discussão, sem passar pelas comissões permanentes, sem serem debatidos, sem serem discutidos, sem se mostrar à sociedade e a esta Casa o que será feito com esses recursos públicos.

São R\$ 2 bilhões e meio, deputado Herzem Gusmão. É muito dinheiro para que este governo utilize a maioria dos Srs. Deputados e passe o rolo compressor, aprovando esses projetos sem a devida discussão, transformando esta Casa numa secretaria de Estado, apequenando o nosso Parlamento.

Queria pedir ao Líder do governo, aos deputados governistas, ao presidente desta Casa a sensibilidade de se discutir esses projetos. Por que não marcar essa discussão nas comissões permanentes? É lá o lugar de se debater, de se discutir, de detalhar o que está nos projetos.

Ouvi o deputado Zé Raimundo aqui dizer que os recursos serão investidos em infraestrutura e mobilidade urbana. Mas onde? Em qual cidade? Qual região? É o que quero saber, deputado Zé Raimundo. Custa? Por que o medo do debate e da discussão? Por que não colocá-los em discussão nas comissões permanentes desta Casa?

A Oposição, liderada pelo deputado Sandro Régis, está exercendo o seu papel, o papel que lhe foi outorgado pelas urnas, o papel de legislar e fiscalizar o Executivo. O que queremos é fiscalizar o Executivo, é saber onde e como serão gastos esses recursos.

Então, fica, aqui, mais uma vez, o meu pedido de sensibilidade à Bancada governista, o meu pedido de sensibilidade ao governo para que se debata nas comissões esses projetos, para que se convoque uma comissão para se debater esses projetos. Muitos dos deputados governistas, tenho certeza, não sabem o que está se passando nesses projetos, não sabem onde serão gastos esses recursos.

Então, fica, aqui, mais uma vez, a minha cobrança para que esta Casa não fica apequenada, para que esta Casa não se transforme numa secretaria de Estado, para que o governo não passe por cima desta Casa, para que esta Casa exerça o seu papel outorgado pelas urnas de elaborar as leis e, também, de fiscalizar o Executivo. Fica, aqui, o meu apelo e o meu pedido de sensibilidade ao governo para que se debata esse projeto em seu lugar de direito, que são as comissões permanentes.

Muito obrigado, Sr^a Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. Marcelino Galo:- Questão de ordem, Sr^a Presidente.

A Sr^a PRESIDENTA (Maria del Carmen):- Questão de ordem do deputado Marcelino Galo.

O Sr. Marcelino Galo:- Nobre presidente, deputada Maria del Carmen, gostaria de que V.Ex^a fizesse uma verificação de quórum da presente sessão. E não havendo quórum suficiente, que se encerre a sessão ordinária desta tarde.

O Sr. Sandro Régis:- Sr^a Presidente, questão de ordem.

A Sr^a PRESIDENTA (Maria del Carmen):- Questão de ordem do deputado Sandro Régis.

O Sr. Sandro Régis:- Gostaria de que V.Ex^a fizesse a convocação dos Srs. Parlamentares, utilizando o tempo regimental para que todos venham dar presença para a sessão ter continuidade.

A Sr^a PRESIDENTA (Maria del Carmen):- Solicito...

O Sr. Sandro Régis:- Pela ordem, Sr^a Presidente.

A Srª PRESIDENTA (Maria del Carmen):- Pela ordem o deputado Sandro Régis.

O Sr. Sandro Régis:- Srª Presidente, quero aproveitar os 5 minutos e, mais uma vez, fazer um apelo ao Líder do governo para que esses projetos sejam debatidos nas comissões conjuntas desta Casa. Acho que a Assembleia, agindo assim, fará um grande gesto para a sociedade. Não é possível esta Casa aprovar projetos que somam 650 milhões de dólares sem haver um debate.

Tenho certeza de que, mesmo sendo uma deputada da base governista, V.Exª concorda com o que estamos fazendo. Peço-lhe agora que convença o presidente Marcelo Nilo, que convença o deputado Zé Neto, para que os deputados tenham a oportunidade de debater esses projetos nas comissões, que são o lugar desta Casa para se debaterem os projetos. Indo às comissões, eles virão ao Plenário, e aí se travará o debate político.

Então, eu quero pedir a V.Exª que nos ajude a fortalecer o Parlamento, que nos ajude a colocar o Parlamento onde ele deve estar, defendendo a população, a sociedade baiana, não sendo uma mera secretaria carimbadora do governo do Estado.

E, para finalizar a minha questão de ordem, Srª Presidente, eu peço a V.Exª que faça a verificação de quórum nominal, que acione as campanhas e determine o tempo regimental no painel.

Muito obrigado.

A Srª PRESIDENTA (Maria del Carmen):- Solicito que seja zerado o painel, marcado o tempo regulamentar e que soem as campanhas, porque há um pedido de verificação de quórum feito pelo Líder da Oposição.

Senhores Deputados que estão nos seus gabinetes, nos diversos espaços desta Casa, há um pedido de verificação de quórum. Solicitamos a presença de todos.

(A Srª Presidenta procede à chamada nominal dos Srs. Deputados.)

O Sr. Herzem Gusmão:- Questão de ordem, Srª Presidente.

A Srª PRESIDENTA (Maria del Carmen):- Questão de ordem, deputado Herzem Gusmão.

O Sr. Herzem Gusmão:- Srª Presidente, gostaria de registrar e enaltecer o posicionamento da Bancada da Oposição, liderada pelo deputado Sandro Régis, pela resistência a esses vários projetos importantes. Não estamos questionando, tentando invalidar os empréstimos, mas queremos buscar do governo um detalhamento sobre esses empréstimos. Diria que foi mais uma vitória do Líder Sandro Régis e dos deputados da Oposição. Amanhã, nas comissões temáticas, teremos condições de debater esses projetos.

Vejo aqui, por exemplo, uma operação de crédito com o CAF da ordem de 300 milhões de dólares, destinados ao Programa Integrado de Desenvolvimento de Políticas Sociais. Isso é de uma importância fabulosa, mas nós queremos saber que políticas sociais são estas. Está aqui: infraestrutura e mobilidade urbana. Vejo o governo municipal de Salvador, o prefeito ACM Neto – o melhor prefeito do Brasil – e o governador trabalhando com mobilidade urbana na capital. E quando vamos ao

interior, vemos que está muito carente. Aquele registro de 193 obras paralisadas, os deputados checaram in loco no eixo Itabuna-Ilhéus e também em Vitória da Conquista. Ocorreu uma interrupção nas viagens, mas vamos retomar essas viagens tão importantes.

O outro projeto de lei, de número 21.760, autoriza o Poder Executivo a contrair empréstimo de 150 milhões de euros. Dizia aqui que o euro está custando R\$ 4,08. E é exatamente para o Programa Integrado de Mobilidade Urbana e para o Fundo Garantidor Baiano de Parcerias. Quais são as parcerias? Que programa integrado de mobilidade urbana? Porque o interior está esquecido.

E, também, o projeto de número 21.761: mais 200 milhões de dólares americanos para o Programa de Restauração e Manutenção de Rodovias Estaduais da Bahia. Na nossa região Sudoeste, por onde viajo bastante, as estradas acabaram, ocorrem acidentes gravíssimos, vidas são ceifadas nas estradas daquela região, necessitando de atenção do governo. Governo que desativou o Derba, autarquia de 97 anos. E quando os deputados questionam, esses deputados estão sendo responsáveis. A sociedade baiana está sabendo que a Bancada da Oposição está questionando do governo como esses recursos serão empregados. Duvido muito que os deputados da região Sudoeste votem contra os empréstimos, ou os da região de Carlos Geilson, em Feira de Santana, se Feira de Santana souber que está sendo contemplada, assim como Itabuna, Ilhéus, Juazeiro, Vitória da Conquista, Jequié. Nós precisamos de governo no interior!

Estamos aqui apelando. Há um sentimento de divisão no interior devido ao esquecimento. Há movimento em defesa do Estado de Santa Cruz, desde 80 existe essa defesa da criação do Estado de Santa Cruz, agora com o nome de Vera Cruz, em Itabuna e Ilhéus. Temos ali na região de Conquista a defesa da Bahia do Sul, que já tem adesão de Nilo Coelho, de Guanambi; Eduardo Vasconcelos, de Brumado; Michel Hage, da cidade de Itapetinga; eu estou lá representando Vitória da Conquista; Fernando Gomes, Augusto Castro, em Itabuna; e, no Extremo Sul da Bahia, o deputado Robinho. Exatamente, Sr^a Presidente, estamos querendo governo. E gostaríamos muito de que o governo anunciasse como esses recursos serão aplicados e como o interior será contemplado.

Muito obrigado, Sr^a Presidente.

A Sr^a PRESIDENTA (Maria del Carmen):- Srs. Deputados, há um pedido de verificação de quórum. Tendo em vista que o deputado Sandro Régis, Líder da Minoria, que fez a solicitação de verificação de quórum, não está mais no Plenário, e considerando que só há 10 deputados no Plenário, declaro encerrada a presente sessão.

Departamento de Taquigrafia / Departamento de Atos Oficiais.

Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/atividade-parlamentar/sessoes-plenarias.php>. Acesse e leia-as na íntegra.